

TALITA REZENDE DE SOUZA

**AS MANIFESTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL
DE MARIPÁ DE MINAS, MG – POSSIBILIDADES TURÍSTICAS**

Centro Universitário UNA

Belo Horizonte - MG

Junho de 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TALITA REZENDE DE SOUZA

**AS MANIFESTAÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL
DE MARIPÁ DE MINAS, MG – POSSIBILIDADES TURÍSTICAS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Turismo e Meio Ambiente do Centro
Universitário UNA – BH, como requisito parcial à
obtenção do título de *Mestre*.**

Orientador: Professor Dr. Reinaldo Dias

Centro Universitário UNA

Belo Horizonte - MG

Junho de 2007

Souza, Talita Rezende de
As manifestações culturais do Patrimônio Imaterial de Maripá
de Minas: possibilidades turísticas / Talita Rezende de Souza ; orientador :
prof. Dr. Reinaldo Dias – 2007.
113 f. il.

Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Centro Universitário
UNA, Belo Horizonte, 2007.
Bibliografia: f. 97-105.

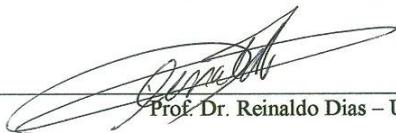
1. Patrimônio. 2. Patrimônio – Maripá de Minas– Minas Gerais. 3. Outro assunto.
I. Dias, Reinaldo, orientador. I. Título.

CDU: 719

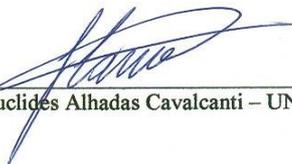


CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE

Dissertação intitulada “As manifestações do patrimônio cultural imaterial de Maripá de Minas, MG – Possibilidades turísticas”, de autoria da mestrande Talita Rezende de Souza, aprovado pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Reinaldo Dias – UNA – Orientador



Prof. Dr. José Euclides Alhadad Cavalcanti – UNA – Examinador Interno



Prof. Dr. Júlio César Ribeiro Sampaio – UFJF/MG – Examinador Externo

Belo Horizonte
Junho/2007

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	13
2 UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO	17
2.1 O Patrimônio através do tempo: evolução e conceitos	17
2.2 Memória social e patrimônio	21
2.3 Concepção de Cultura e sua diversidade.....	23
2.4 Patrimônio e conservação.....	25
2.5 O Patrimônio no âmbito global	30
2.6 Patrimônio cultural no Brasil	35
3 TURISMO, FOLCLORE E EDUCAÇÃO – UM ELO DE VALORIZAÇÃO	41
3.1 O significado do turismo	41
3.1.1 Análise e tendências	43
3.1.2 O turismo e as transformações socioculturais.....	47
3.2 O turismo cultural.....	49
3.3 Folclore.....	53
3.4 Folclore e turismo.....	60
3.4.1 A educação patrimonial e o turismo.....	62
4 O MUNICÍPIO DE MARIPIÁ DE MINAS	65
4.1 Maripá de Minas, breve histórico	65
4.1.1 Aspectos gerais	67
4.2 Análise do Turismo e as políticas públicas no município	68
4.2.1 O projeto: Um olhar sobre o patrimônio	72
5 O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E O TURISMO DE MARIPIÁ DE MINAS: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	77
5.1 As manifestações culturais de Maripá de Minas	78
5.2 O Boi Laranja	85
5.3 Os olhares da comunidade local	86
5.3.1 O turismo em Maripá	86
5.3.2 A atuação do poder público na organização do turismo e na preservação do patrimônio	89
5.3.3 A utilização de manifestações culturais para a preservação do patrimônio e da memória coletiva	90
5.3.4 Sugestões para a sobrevivência das manifestações culturais de Maripá de Minas.....	92

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
7	BIBLIOGRAFIA	97
	APÊNDICES	
	106
	ANEXOS	112

LISTA DE QUADROS

Quadro	Pág.
1. Evolução do Conceito de Patrimônio	18
2. Cronologia das principais normas internacionais relacionadas com o patrimônio cultural	32
3. Evolução da Proteção do Patrimônio no Brasil	37
4. As manifestações de origem indígena, portuguesa e africana	58
5. Ciclos Religiosos	61
6. Subtemas por período das escolas envolvidas no projeto em 2006	74
7. Subtemas por período das escolas envolvidas no projeto em 2007 (2ª fase)	76
8. Atividades Populares e Comemorações de Maripá de Minas	80
9. Festas Religiosas de Maripá de Minas	81
10. Manifestações que não são mais desenvolvidas em Maripá de Minas	83

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a percepção da comunidade de Maripá de Minas em relação à importância das manifestações culturais imateriais e sua potencialidade para o fortalecimento da atratividade turística local. Entendendo esta importância, selecionou-se como base deste trabalho, os conceitos relacionados com a evolução do significado do patrimônio, focando o patrimônio imaterial, especialmente o folclore, além da educação patrimonial como estratégia de sensibilização desenvolvida nas escolas públicas, com participação efetiva de toda a comunidade. Especificamente consiste em discutir o conceito e significado do patrimônio, a importância do reconhecimento da comunidade como pertencente de uma identidade local. A metodologia aplicada nesta pesquisa qualitativa realizada utilizou como técnicas: a observação indireta, pesquisa bibliográfica, roteiro de entrevistas e tabulação dos dados. Os resultados parciais deste estudo constituíram-se em um processo de sensibilização e mobilização de pessoas da comunidade, formação de novos valores e resgate à materialização da memória coletiva. Por fim, o estudo remete à importância de formação de parcerias entre Poder Público e comunidade, possibilitando a criação de uma administração pública participativa, atuante nas estratégias do desenvolvimento turístico com base na educação patrimonial como alicerce de sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: turismo, patrimônio, gestão pública participativa, preservação.

Abstract

This work has as objective to understand the perception of the community of Maripá de Minas in relation to the importance of the incorporeal cultural manifestations and its potentiality to fortify the local tourist attractiveness. Understanding this importance, it was selected as base of this work, the concepts related with the evolution of the meaning of the patrimony, centering the incorporeal patrimony, especially the folklore, beyond the patrimonial education as strategy of sensitization developed in the public schools, with participation accomplishes of all the community. Specifically it consists of arguing the concept and meaning of the patrimony, the importance of the recognition of the community as pertaining of a local identity. The methodology applied in this carried through qualitative research used as techniques: the indirect comment, bibliographical research, script of interviews and tabulate of the sample. The partial results of this study had consisted in a process of sensitization and mobilization of people of the community, formation of new values and have rescued to the materialization of the collective memory. Finally, the study it sends to the importance of formation of partnerships between Being able Public and community on the basis of, making possible the creation of a participative, operating public administration in the strategies of the tourist development the patrimonial education as sustainable foundation.

KEYWORDS: tourism, patrimony, participative public administration, preservation.

Agradeço a Deus pela força para me deslocar para Belo Horizonte toda semana durante um ano e meio, pela inteligência e perseverança para realizar os trabalhos solicitados pelas disciplinas. Agradeço aos meus pais e ao tio Waltinho pelo incentivo e pelo investimento na minha formação profissional e pessoal. E por último, agradeço aos meus amigos Diego Reis, Geísa Soares, Adriana Lima, Eloísa Alves e Léo Lima Santos pela ajuda, estímulo e apoio na realização deste trabalho, além é claro, das minhas avós Auta Machado e Henriette Rezende e do meu orientador professor Dr. Reinaldo Dias pelo conhecimento, carinho e pelas idéias compartilhadas, que possibilitaram a execução e finalização desta proposta. A todos meus sinceros agradecimentos.

“Precisamos divulgar o que é nosso, pois a falta de amor e de valorização às velhas coisas da Pátria é indício certo da morte da nacionalidade”. (MEGALE, 2003, pág. 20)

INTRODUÇÃO

O turismo tem sido apontado como uma das atividades econômicas que mais vem crescendo no mundo nas últimas décadas, sendo uma cadeia de serviços que possui muitos segmentos capazes de despertar nas pessoas diferentes motivações para praticá-la.

No Brasil, o turismo vem se desenvolvendo e se tornando alvo de investimentos, quer sejam em infra-estrutura, quer sejam em pesquisas e estudos e até mesmo em readaptações e restaurações de espaços, na busca por criar ou transformar possibilidades diversas em atrativos e serviços turísticos.

Uma das motivações que fazem pessoas se deslocarem de sua residência habitual para visitar lugares e conhecer novas culturas é o patrimônio cultural, a riqueza de comunidades ou países que se traduzem em patrimônio daquela comunidade ou daquele país.

O patrimônio é evidente na formação da identidade de um povo, possuindo diversos valores e olhares, e assim possibilitando diversas interpretações, significados em lugares e países. Assim, o patrimônio material e imaterial do Brasil é alvo de investimentos, discussões e estudos relacionados com a atratividade turística. A valorização relacionada ao patrimônio material e imaterial no Brasil – e no mundo inteiro – tem despertado o crescimento de um dos segmentos do turismo, o chamado turismo cultural, que vem conquistando cada vez mais adeptos.

Diante do avanço das tecnologias e frente à globalização surge a necessidade de compreensão e valorização das manifestações socioculturais, como forma de fortalecer a identidade cultural dos povos, nações, mediante o entendimento real do significado do patrimônio para preservação das tradições e do legado deixado por nossos antepassados.

Os bens culturais que compõem o patrimônio se constituem numa realidade com problemas relacionados às interferências do ambiente, da globalização e em virtude da sua própria realidade da diversidade cultural. A questão principal na atualidade é quanto à preocupação dos estudiosos em como proceder e quais estratégias devem ser implementadas para preservar os bens, os valores simbólicos que expressam várias gerações, com os significados que foram transmitidos pelos indivíduos inseridos no tempo e espaço, e que contribuiriam para a consolidação e evolução sócio-cultural dos diversos povos. A riqueza patrimonial e cultural brasileira é revelada nas cidades históricas da época da

colonização, do ouro e do café e em inúmeras construções e tradições da cultura e da história do Brasil.

Segundo Arantes (1984), a preservação do patrimônio, sendo este material ou imaterial é uma preocupação mundial, devido às características singulares, histórico-culturais que essa riqueza representa para as nações e sociedades, possuindo também sua vertente ideológica, que são os meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a nacionalidade e a identidade. Nesse sentido, a assim chamada preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente.

A relação entre o turismo e patrimônio é alvo de estudos, também tomados por muitas e diferentes áreas do conhecimento, e aqui nesta dissertação, este elo será objeto de estudo, com foco no turismo. Nesta pesquisa apresentada buscou-se inicialmente a possibilidade de compreender a valorização das manifestações culturais de Maripá de Minas - Minas Gerais e sua relação com possibilidades turísticas futuras, estabelecendo assim, a ligação entre o turismo e o patrimônio da localidade.

As manifestações culturais de Maripá de Minas são peculiares a muitos municípios interioranos brasileiros que possuem uma riqueza de patrimônio imaterial, tais como: contos, lendas, rezas, receitas da vovó que se revelam em um folclore rico de gerações. Este patrimônio poderá se perder e cair no esquecimento se não for estudado e lhe dado o cuidado merecido, estando aí a relevância deste estudo, buscando a valorização do patrimônio de Maripá de Minas e tentando compreender o valor que lhe é dado pela comunidade maripaense.

O presente trabalho destina-se a responder as seguintes problemáticas:

- 1) Como é a percepção da comunidade em relação à importância das manifestações culturais de Maripá de Minas, MG?
- 2) Estas manifestações culturais possuem potencialidade para o fortalecimento da atratividade turística local?

A possibilidade de se analisar e compreender as respostas encontradas a partir destas perguntas-chaves está o fundamento desta pesquisa. A hipótese de que a comunidade de Maripá de Minas percebe e dá importância às manifestações culturais da localidade e de que estas podem se tornar atrativo para demandas turísticas foi o início para a escolha tanto do tema quanto da localidade escolhida. Além de que, para se planejar ações de fomento ao turismo e ao patrimônio de localidades, em primeiro lugar é necessário realizar estudos e pesquisas, primordialmente, contando com a participação da comunidade envolvida.

Sendo assim, acredita-se ser indispensável o fomento e criação de legislação específica para o setor de patrimônio com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância histórica e cultural de certos monumentos e tradições. Que, segundo Rodrigues (2001), se bem valorizadas poderão favorecer o desenvolvimento social de diferentes comunidades, contribuindo ainda, com a manutenção da preservação desses bens para as próximas gerações, bem como proporcionar o enriquecimento cultural das comunidades autóctones e visitantes, através da adequação de certos espaços para a exploração cultural e turística, permitindo assim, que as sociedades tenham maiores oportunidades de perceber a si própria.

Objetivos da pesquisa

Objetivo geral:

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a percepção da comunidade em relação à importância das manifestações culturais de Maripá de Minas, MG, e sua potencialidade para o fortalecimento da atratividade turística local.

Os objetivos específicos compreenderam:

- Caracterizar o município de Maripá de Minas e seu patrimônio imaterial;
- Pesquisar, de acordo com a percepção da comunidade, quais os bens culturais imateriais valorizados e escolhidos como patrimônios locais dotados de significado histórico-simbólico.
- Identificar o patrimônio imaterial do município de Maripá de Minas, as manifestações culturais não mais desenvolvidas e as que são desenvolvidas na localidade;
- Pesquisar a percepção da comunidade acerca do patrimônio cultural, ou seja, a compreensão do significado do patrimônio cultural e sua relevância para a comunidade;
- Analisar a potencialidade das manifestações culturais para a atratividade turística de Maripá de Minas.
- Propor sugestões para a preservação do patrimônio imaterial da localidade através de atividades turísticas.

1. Metodologia da pesquisa

Para que se obtivesse a definição do tema desta pesquisa: manifestações culturais e potencialidade turística de Maripá de Minas - MG, inicialmente foi necessário pesquisar as possibilidades de problematização do tema proposto. Uma vez que se buscou realizar um estudo que tivesse relevância tanto de interesse para o turismo, quanto para o município em questão.

Determinada a problematização e as hipóteses pertinentes ao tema, iniciou-se a pesquisa de fato, definida como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Ludke e André (1986), na pesquisa qualitativa busca-se o contato direto do pesquisador com a situação estudada e a obtenção de dados descritivos com maior preocupação com o processo em termos de revelar o ponto de vista dos participantes na pesquisa. E isto faz com que a investigação possa ter maior confiabilidade quanto aos dados levantados.

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva quanto aos fins. Pode-se dizer que “a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” e a pesquisa descritiva “*expõe características de determinado fenômeno, podendo também estabelecer correlações entre variáveis*” (VERGARA, 2000, p.47).

Quanto aos meios, nesta investigação, utilizou-se de pesquisa bibliográfica em fontes primárias e secundárias como: livros, revistas especializadas, dicionários, artigos científicos, dissertações e teses com dados pertinentes ao assunto. A pesquisa documental foi realizada em arquivos da Prefeitura de Maripá de Minas e de arquivos de pessoas da comunidade como documentos e fotografias. Foi também proposta uma pesquisa de campo junto a comunidade de Maripá de Minas, que será abordada a seguir.

Os métodos utilizados permitiram o levantamento de informações e questionamentos teóricos importantes para fundamentação da dissertação que investigou os seguintes assuntos: i) As manifestações culturais em Maripá de Minas; ii) A percepção da comunidade quanto a compreensão e a relevância do significado do patrimônio imaterial local e; iii) A potencialidade de atratividade turística destas manifestações no município estudado.

A pesquisa em campo

O município de Maripá de Minas - MG foi a localidade escolhida como área de estudo desta pesquisa. Primeiro porque a localidade possui um potencial rico em atividades culturais que precisam ser estudadas mais profundamente. Segundo porque a iniciativa pública vem desenvolvendo alguns projetos relacionados ao patrimônio material e imaterial e o presente estudo poderá ser um subsídio importante junto aos projetos em execução.

Nesta pesquisa em campo, utilizou-se de pesquisa indireta em que

o investigador procura obter dados sobre o objeto de estudo através de informantes (...). Em geral, a pesquisa indireta se exercita com a utilização de um maior número de depoimentos de testemunhas, que tenham participado, apreciado, visto ou sabido de um fato (LIMA, 2003, p. 49).

A amostra da pesquisa de campo foi constituída por elementos chaves da comunidade, são os representantes de instituições relacionados ao patrimônio e ao turismo local e pessoas que de alguma forma (direta ou indiretamente), estão ou estiveram envolvidas com as manifestações culturais de Maripá de Minas. Todos os elementos consultados são considerados como essenciais no resultado da pesquisa.

A definição dos elementos da amostra da pesquisa de campo foi feita de maneira intencional. Com esta técnica almejou-se investigar a percepção das pessoas entrevistadas em relação a importância das manifestações culturais desenvolvidas em Maripá e quanto a sua potencialidade para atividades turísticas.

O instrumento de pesquisa em campo adotado para a coleta de dados foi a entrevista estruturada, localizada no apêndice deste trabalho. Este tipo de entrevista é recomendado para situações em que o pesquisador deseja conhecer as opiniões e idéias dos entrevistados sobre um dado fenômeno.

O trabalho de campo iniciou-se em outubro de 2006 e finalizado no mês de fevereiro de 2007. Foram elaborados dois roteiros de entrevistas contendo questões abertas que foram formuladas considerando a natureza das variáveis a serem investigadas. São elas:

- i) Roteiro de entrevista para representante(s) do poder público, relacionado ao turismo e ao patrimônio de Maripá de Minas - MG.
- ii) Roteiro de entrevista para a comunidade local envolvida com as manifestações culturais.

Na investigação junto aos órgãos e instituições públicas ligadas ao patrimônio e ao turismo de Maripá de Minas, foram abordados os seguintes aspectos:

1. O desenvolvimento de atividades culturais;
2. A percepção da comunidade quanto a relevância destas manifestações;
3. As ações dos órgãos envolvidos com o patrimônio e o turismo;
4. Sugestões para o desenvolvimento e preservação das manifestações;
5. A utilização do potencial do patrimônio imaterial por atividades turísticas.

Os entrevistados foram os representantes das seguintes instituições:

1- Vinícius de Azevedo Martins - Secretário de Educação e Cultura e Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Maripá de Minas, bacharel em direito.

2- Douglas Ricardo Pinto – Assessor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Maripá de Minas e membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, cursando administração.

3- Maria Rita Quineip – Vereadora, auxiliar de enfermagem e membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, representante da Câmara dos Vereadores.

4- Um roteiro de entrevista elaborado foi direcionado aos moradores de Maripá de Minas, pessoas que estão ou estiveram envolvidas com as manifestações culturais da localidade. Esta investigação teve a pretensão de compreender a percepção destes entrevistados quanto à relevância das manifestações culturais praticadas atualmente e outras não mais desenvolvidas em Maripá de Minas, além da atratividade de todas elas para o turismo. Esta iniciativa foi necessária para compreender as percepções da comunidade local sobre os seguintes aspectos:

1. O potencial turístico de Maripá de Minas;
2. A atuação do poder público na organização e preservação do patrimônio de Maripá;
3. As manifestações populares desenvolvidas na localidade;
4. As manifestações culturais tradicionais de Maripá que não são mais desenvolvidas;
5. As pessoas de destaque, como contadores de histórias e lendas;
6. A produção de algum artesanato, como bordado, peças de cerâmica, tear etc;
7. Os fatores mais importantes na utilização de manifestações culturais para a preservação do patrimônio e da memória coletiva;

8. A importância da atividade turística para a conservação e preservação das manifestações culturais de Maripá;

Informou-se a todos os envolvidos sobre a natureza da pesquisa, sua importância para a atividade turística, a instituição de ensino a qual a pesquisadora está vinculada e a relevância da participação do entrevistado no trabalho.

Aos dados qualitativos coletados foi dado o tratamento de análise e interpretação relacionadas às percepções dos entrevistados. Para Vergara (2000),

[...] tudo depende de como interpretar. Quando se está desenvolvendo uma investigação a partir do relato de pessoas [...], torna-se fundamental uma postura interpretativa. Através dela, será possível chegar ao significado a ser compreendido (VERGARA, 2000, P. 58).

A partir da coleta de dados em campo, as entrevistas foram transcritas na íntegra. Em seguida, realizou-se a leitura de cada entrevista, o que permitiu destacar trechos dos depoimentos e retirá-los para compor as unidades de conteúdo. Neste caso optou-se por estabelecer as análises de conteúdo a partir de temas, o que facilitou o agrupamento das informações obtidas nas entrevistas.

Os trechos considerados de suma importância para a pesquisa foram selecionados e reunidos por afinidade de temas. Em seguida, a partir de cada tema e dos depoimentos ali reunidos, foram proferidas análises e interpretações que permitiram nortear os resultados.

A estrutura do trabalho apresenta-se da seguinte forma: os capítulos um e dois compreendem a fundamentação teórica, o capítulo três faz a apresentação do objeto de estudo, o município de Maripá de Minas e o capítulo quatro traz a análise e expõe os resultados da pesquisa qualitativa junto à comunidade, vindo posteriormente as considerações finais, apêndices e anexos.

2 UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO

2.1 O patrimônio através do tempo: Evolução e conceitos

No mundo contemporâneo, a salvaguarda e a valorização do patrimônio têm ganhado um peso crescente no debate político e nas preocupações dos cidadãos. A palavra patrimônio contém dois vocábulos: *pater e nomos*. *Pater* significa etimologicamente, o chefe da família e, em um sentido mais amplo, os nossos antepassados. Vincula-se, portanto, aos bens, haveres ou herança por eles deixados e que podem ser de ordem material ou imaterial. *Nomos* significa, em grego, lei, usos e costumes relacionados à origem tanto de uma família quanto de uma cidade. Portanto, patrimônio está ligado ao contato permanente com as origens que fundaram uma sociedade e à ética de uma determinada comunidade (BRANDÃO, 1998).

“Durante o século XIX, os edifícios e as obras de arte selecionadas como patrimônio pelas várias nações européias correspondiam basicamente a vestígios da antiguidade clássica e a edifícios religiosos e castelos da Idade Média, postos em relevo pela arqueologia ou pela história da arquitetura erudita. Esse quadro permaneceu basicamente inalterado até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Até meados do século XX, os saberes que fundamentavam a seleção de monumentos eram a arte e a história, e o patrimônio era constituído somente de bens móveis e imóveis. Por força de sua estreita relação com a noção de monumento histórico e seus vínculos com a permanência, a duração, o conceito renascentista de arte e seu ideal de beleza, o patrimônio se constituía apenas de bens materiais que, selecionados por um olhar estético ou histórico, mantinham vínculos com a idéia de monumento enquanto grandeza e excepcionalidade” (SANT’ANNA, 2001, p.151).

As noções de patrimônio e monumento histórico são ocidentais, fruto de uma perspectiva histórica e da seleção de certos bens materiais como seus testemunhos. Todavia, no mundo oriental, como afirma Sant’Anna, (2001), as tradições são vividas no presente, importando mais a transmissão dos saberes que estão a eles vinculados do que a conservação dos objetos produzidos. Para os orientais, o contrário dos europeus, o que importa não é a permanência da coisa, mas a preservação do saber, do saber fazer e refazer monumentos, escritos ou construídos, mas também do saber reproduzir fielmente tradições que se manifestem de outro modo na execução de rituais, por meio de expressões cênicas ou plásticas, de celebrações.

Segundo Llull (2005) o conceito e o significado de patrimônio evoluíram através dos tempos. De acordo com o Quadro 1 se observa esta evolução:

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Época	Concepção Patrimônio	Idéias relacionadas
Idade Antiga	Coleção de riquezas, raridades e antiguidades de caráter extraordinário ou de grande valor material, indicadores de poder, luxo e prestígio.	Troféus, tesouros, oferendas religiosas, propriedade privada, bens de desfrute individual.
Grécia, Roma e Idade Média.	Vestígios de uma civilização considerada superior e por isso se imita. Valorização estética e herança cultural de interesse pedagógico.	Escavações arqueológicas, tráfico de obras de arte, cópias de modelos originais, relíquias, câmaras de maravilhas.
Renascimento – séc. XVI – XVIII.	Objetos artísticos belos, valorizados por sua dimensão histórica e rememorativa. A obra de arte pode ser um documento para conhecer o passado.	Cultura elitista de intenção pedagógica. Academicismo, colecionismo artístico e científico. Estudo rigoroso de história da arte. Certo grau de acessibilidade.
Séc. XIX e princípio do séc XX.	Conjunto de expressões materiais ou não materiais que explicam historicamente a identidade sócio-cultural de uma nação e, por sua condição de símbolos, devem ser preservados.	Nacionalismo. Investigações históricas. Importância do folclore, educação popular, legislação protetora. Restauração monumental. Museus, arquivos e bibliotecas estatais ao serviço do público.
1945 –1980	Elemento essencial para a emancipação intelectual, o desenvolvimento cultural e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Se começa a considerar seu potencial sócio-educativo e econômico, além do valor cultural.	Reconstrução do patrimônio destruído. Políticas de gestão educativas; exposições e ciclos de atos culturais para que toda a população conheça o patrimônio. Difusão dos bens culturais.
Atualidade	Riqueza coletiva de importância crucial para a democracia cultural. Se exige o compromisso ético e a cooperação de toda a população para garantir tanto sua conservação quanto sua exploração.	Legislação, restauração. Plena acessibilidade e novos usos de participação, envolvimento. Cultura popular significativa, didática, descentralização.

Fonte: Adaptado de Llull (2005).

O patrimônio é uma coleção simbólica unificadora. O legado que recebe do passado proporciona a compreensão do presente e possibilita a transmissão do conhecimento

às futuras gerações. O patrimônio é fonte de inspiração, ponto de referência, identidade e possui características únicas e particulares de acordo com a região geográfica (PESTANA, 2005).

Para Soares (2006 a), o patrimônio construído pelo homem é alvo de reflexões tomadas por diversas áreas, arquitetos, historiadores, geógrafos, museólogos e turismólogos, além de outros estudiosos, que se preocupam em estudar o legado patrimonial. Conhecer os diferentes conceitos de patrimônio é relevante para conectar o termo patrimônio histórico e seus significados ao turismo, e também para entender as nuances que os envolvem. Os estudos de patrimônio histórico, memória e turismo, envolvem aspectos históricos, aspectos sociais e culturais.

A palavra patrimônio, segundo o Dicionário Aurélio significa: Herança paterna; Bens de família; Riqueza; Os bens, materiais ou não, duma pessoa ou empresa (FERREIRA, 1993, p.355).

Para Choay (2001), patrimônio é uma bela e antiga palavra, que na origem estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Para a autora o termo patrimônio histórico designa

“Um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum, como obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os produtos e *savoir-faire* dos seres humanos” (CHOAY, 2001, p.11).

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, considera que:

“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2006)

Para Martins (2003, p. 45) a patrimonialização é uma tomada de consciência social de um grupo com referência a alguma ou a algumas manifestações culturais próprias. De todas as formas, tomando o patrimônio em sentido amplo, ali estão materializados: as tradições, os costumes, os modos de ser e de viver, mas, sobretudo, em cultura material, técnicas, artefatos etc., nos quais estão testemunhos reais, palpáveis, das mais diversas culturas.

“O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transparecentes, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas” (FUNARI e PINSKY, 2001, p.10).

Sob esta ótica, segundo Barreto (2000), o termo legado cultural é mais apropriado do que patrimônio, pois compreende não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.

O entendimento de Pestana (2005, p.11) é que:

“A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos”.

Já, Fonseca (2001, p. 47),

“a origem desta mobilização política e social radica em várias ordens de fatores: globalização e reforço das identidades locais, massificação das sociedades e valorização dos consumos simbólicos, como elementos de diferenciação sociocultural, e relevância econômica das atividades culturais e de lazer”.

Todo patrimônio é, antes de tudo, imaterial, seja ele qual for, isto apoiado nos significados atribuídos nas representações culturais. Retomando a idéia da concepção do conceito de patrimônio como uma construção do homem a partir de suas práticas sociais e representações culturais, sendo o novo no conceito de patrimônio imaterial o fato de se atribuir valor às práticas culturais (CHUVA, 2002).

Este é o sentido atribuído por Cardozo (2006, p. 25) ao afirmar que:

“O patrimônio pode ser compreendido sob o enfoque material e imaterial. O primeiro diz respeito ao que é tangível, e o segundo intangível. Não raro, um está relacionado diretamente ao outro. É dizer, por exemplo: uma edificação (material) é permeada pelos usos que detém/detinha e suas técnicas construtivas (ambos imateriais); ao passo que a confecção de um prato gastronômico (imaterial) é cercada por utensílios e local de degustação (materiais)”.

Na análise desta caracterização, não se deve esquecer que um significado está atrelado ao outro, “pois refletir desta forma é considerar o patrimônio como um todo, não apenas seu sentido *strito*, como também e sobre tudo o seu entorno e usos” (CARDOZO, 2006). Porém para se compreender o todo – o patrimônio cultural – é preciso dar significado a cada um, o material e o imaterial, de forma distinta.

Seja ele material ou imaterial, há que se considerar que a preservação e os usos do patrimônio irão ditar ao futuro sua permanência ou sua destruição e seu esquecimento, pois, para que as gerações futuras conheçam o legado cultural é necessário que a memória coletiva usufrua das manifestações culturais no presente.

2.2 Memória Social e Patrimônio

O conceito de memória deve ser entendido hoje em sentido dinâmico, como elemento vivo, aberto às modificações e alterações que ocorrem ao longo do processo histórico. Somente pela compreensão deste processo como um todo, isto é, os elementos do passado interagindo com os do presente e proporcionando uma visão de futuro, se poderá estabelecer de forma harmoniosa a continuidade de nossa trajetória cultural, pois sem memória não há presente humano (MAGALHÃES, 1985).

Para Soares (2006 b), a história, a memória e a identidade são o patrimônio cultural vivido no presente, percebido pela memória coletiva de hoje. A memória e a preservação dos bens culturais, materiais e imateriais, está intimamente ligada ao uso, ao destino de utilização que o bem terá.

Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois ficaria faltando uma plataforma de referência e cada fato seria uma reação

mecânica, um mergulho vazio em outro vazio. É a memória que funciona como instrumento biológico, cultural de identidade, conservação e desenvolvimento. “Esse passado, que a memória incorpora à minha experiência, só me interessa porque eu estou vivo. Estou vivo num presente e enfrento o futuro: sou um ser histórico”. Ter consciência histórica não é informar-se sobre coisas acontecidas, mas perceber o universo social como algo submetido a um processo contínuo de formação (MAGALHÃES, 1985).

“A memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares. Nestas e só nestas, alcançado pelo sentimento e sustentado pela sensação, o passado é reconstruído plenamente. Feito de fantasias, parecendo sempre melhor que o presente, ele aflora idealizado, porque reconstruído por nós que já não somos o que éramos e, movidos pela nostalgia, que queremos que ele nos traga de volta sensações já vividas” (RODRIGUES, 2001 p. 18).

Percebe-se a importância da multiplicação dos conhecimentos e experiências dos mais velhos para os mais novos membros da sociedade no sentido da construção e fortalecimento de nossos valores e nossas tradições, para que possamos dar continuidade no processo natural de nosso desenvolvimento sócio-cultural.

É possível ressaltar, ainda que:

“A história oral, como técnica de coleta de depoimentos e produção de um conjunto significativo e diversificado de registros gravados, é estrategicamente relevante no desbravamento de aspectos da realidade social ainda pouco explorados e conhecidos. Por isso torna-se instrumento importante para recuperar a riqueza da tradição baseada na oralidade e no aprendizado a partir da observação e do convívio” (CHUVA, 2002, p.87).

Para Goodey (2002 p. 55):

“É importante que a comunidade, em todos os seus segmentos, tenha consciência de seu patrimônio, tanto do patrimônio material, como do imaterial, que decida sobre aquilo que deseja compartilhar e o que deseja guardar só para si, e escolha onde e como deseja que esta troca ocorra com as gerações do presente e as do futuro”.

Mário de Andrade é autor de uma frase de grande relevância a ser considerada neste o contexto: “defender o nosso patrimônio histórico é alfabetização” (PESTANA, 2005, p. 04). Foi pensando na nova dimensão dada ao conceito de patrimônio cultural, abrangendo o imaterial, do conjunto da diversidade material e simbólica produzida e vivenciada pelos grupos humanos, do saber fazer, dos imaginários, da religiosidade, da gastronomia, do artesanato, das danças, dos rituais, das festas típicas, das crenças e dos comportamentos que percebemos a riqueza e o nosso grande desafio enquanto cidadãos em multiplicar este conhecimento, sensibilizando sociedades para a valorização e preservação deste tão rico patrimônio.

Parafrazeando Monteiro Lobato: Um país é feito de homens e livros. Eu por minha vez digo mais, um país é feito por homens, por livros e por memória. A memória é a forma mais alta da imaginação humana e não a simples capacidade de recordar. Se a memória se dissolve, conseqüentemente o homem se dissolve (CAMPOS et al, 2006, p. 229).

2.3 Concepção de cultura e sua diversidade

Na busca por conceituar a cultura de um povo, de uma comunidade, de um cidadão, existem uns cem números de tentativas de definição e pairam diversos significados. Muitos conceitos diferentes uns dos outros, porém com algo em comum: todos tentam conceituar cultura de forma que esta seja propriedade de alguém. Para Laraia (2006, p. 29) “*o homem é o único ser possuidor de cultura*”. Em 1881, Tylor definiu cultura como sendo “todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independente de uma transmissão genética”. “*Todo complexo que compreende conhecimentos, crença, arte, moral, direito, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem na sociedade*” (TYLOR apud LIMA, 2003 p.105).

Em relação aos conceitos modernos, Laraia (2006), discute algumas definições de cultura em seu livro intitulado: *Cultura: Um conceito antropológico*. Nesta bibliografia, o autor discute que existem algumas teorias idealistas de cultura, que subdivide em três diferentes abordagens: A primeira delas é a dos que consideram cultura como sendo um sistema cognitivo, uma abordagem antropológica que estudo o sistema de classificação dos *folk*¹. A segunda abordagem diz respeito a consideração de cultura como sistemas estruturais, uma

¹ De acordo com Laraia (2006) chamamos de sistema de classificação de *folk* àqueles que são desenvolvidos pelos próprios membros da comunidade e um exemplo disso entre nós é a classificação popular de alimentos fortes e fracos.

perspectiva desenvolvida por Levi-Strauss, que define cultura como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana. Na terceira abordagem idealista, a cultura é considerada como um sistema simbólico, abordagem de dos antropólogos americanos: Clifford Geertz e David Schineider.

Na concepção de Geertz (1978), a cultura é:

“A totalidade do modo de vida de um povo e nesta relativização sobre cultura chegamos a um conceito de cultura que reúne três aspectos a serem considerados: primeiro seu universalismo - todos os seres humanos têm uma cultura que contribui e define seu caráter humano; segundo, todas as culturas têm uma coerência e uma estrutura própria que leva em conta conceitos universais e conceitos relacionados aos modelos de vida de cada um; terceiro, toda cultura reconhece a capacidade criadora dos seres humanos, que é fruto de um esforço coletivo, sentimento e pensamento humano”.

As diferentes formas de expressão, ou de cultura, podem ser observadas na análise de expressões de grupos distintos. Para Martins e Leite (2006, p. 105-106)

“A complexidade dos grupos remete ao fato de que as culturas são singulares e plurais, sendo pois, um contexto instrumental, [...]. Assim, as manifestações da cultura, tais como instituições, mitos, organizações, leis, tecnologia etc, devem ser explicadas em função das necessidades básicas do homem e de seu bem estar”.

Assim, fica mais simples entender como se dá o advento de cada grupo ou comunidade possuir características culturais diferentes, o que se denomina de diversidade cultural. Em países de extensa área territorial como o Brasil, existem diferentes formas de culturas, são hábitos e costumes diferentes na dança, na culinária típica de cada região etc. Segundo SIMÃO (2001, p. 30) *“para falar de cultura brasileira é preciso entendê-la não como homogênea, mas sim com seu caráter plural, resultante de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço”*.

A diversidade cultural e os valores a ela atribuídos podem ser identificados numa estrutura de avanço tecnológico e em sociedades dinâmicas, tomando a globalização da cultura como geradora de fenômenos que modificam os processos culturais nas sociedades. Na concepção de Dias (2006) ocorre uma homogeneização de alguns aspectos culturais, como músicas, símbolos etc., e por outro lado, há uma chance de crescimento da

heterogeneidade, pelo fato de que o Estado-nação construiu-se com o domínio de uma cultura sobre as demais e estas afloram quando há o enfraquecimento do poder estatal resultado do processo de globalização.

Do ponto de vista da globalização econômica, pode-se considerar a homogeneidade cultural, tomando como exemplo o consumo de determinadas marcas universais, de gostos pela música, por filmes etc.

Para Moletta (2000) a cultura não vem a ser privativa de um grupo ou de uma classe social, com a revolução tecnológica nos meios de comunicação a sociedade modificou-se e colocou ao alcance de todos os espaços e locais culturais.

Porém, pode-se considerar também que o advento da globalização não iguala a cultura, mas sim, ressalta suas diferenças. Isto se afirma se for analisada a atratividade cultural no turismo. Pois, o turismo deve aproveitar a diversidade cultural que é peculiar de cada localidade para atrair um número maior de turistas, que na maioria das vezes são pessoas que buscam o diferente, o inusitado, uma cultura diversa e diferente da sua.

2.4 Patrimônio e conservação

O avanço tecnológico e a globalização, que tendem a influenciar os valores sócio-culturais de uma sociedade, necessitam de uma compreensão e uma valorização maior das manifestações sócio-culturais, como forma de fortalecer a identidade cultural dos povos, nações, mediante o entendimento real do significado do patrimônio para preservação das tradições deixadas por nossos antepassados.

Os bens culturais que compõem o patrimônio se constituem numa realidade complexa em virtude da própria diversidade cultural. São dotados de significado e valores simbólicos que expressam várias gerações e que foram transmitidos pelos indivíduos inseridos no tempo e espaço. Assim, contribuíram para a consolidação e evolução sócio-cultural dos diversos povos.

Vale ressaltar que no mundo contemporâneo,

(...) “é emergente a necessidade de preservar todos os tipos de acervos patrimoniais (musicológicos, bibliográficos, arquivísticos, arqueológico, tanto materiais, quanto os imateriais), como forma de salvaguardar a memória da humanidade para que as gerações futuras tenham acesso à

produção do conhecimento gerado pela civilização que nos antecederam. Entretanto, é sabido que alguns acervos venceram o tempo e sobreviveram até hoje, porém, não sabemos quantos se perderam pela falta de conhecimento e valorização dessas manifestações culturais” (SANTOS, 2000, p. 25).

A conservação e a proteção do Patrimônio Cultural têm importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento cultural de um povo. Os bens culturais guardam informações, significados, mensagens, registros da história humana - refletem idéias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimento tecnológico, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo em determinada época (IPHAN, 2006).

Nesse aspecto, podemos afirmar que, entende-se por preservação do patrimônio a identificação, a proteção, a conservação e a restauração dos bens culturais. Pois, como ressalta Arantes (1984), a preservação do patrimônio implica no conhecimento e na compreensão de nossa história comum, sendo um incentivador da produção cultural. Desta forma, permite a sociedade defender a soberania e a independência, em virtude de valores culturais distintos socialmente construídos e, por conseguinte, afirmar e fortalecer sua identidade cultural.

Na atualidade, a seleção, a conservação e a proteção de bens declarados patrimônio constituem, como observa Choay (2001), uma prática social de dimensões planetárias. Constituem, ainda, nova mentalidade e novo conjunto de condutas que, de modo crescente, se espalham pelo mundo.

A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantem as pessoas a referência do seu lugar. O passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer – objetos, alimentos, festas – voltam, na virada do milênio, a serem valorizados (SIMÃO, 2001, p.15).

Atribuir valor a um bem cultural é reconhecer o seu significado, construído pelo senso comum de qualquer sociedade, organizado por elementos relevantes ao contexto histórico de qualquer época. A importância da preservação e da conservação faz-se necessária, a fim de manter dentro das possibilidades, a integridade e a autenticidade do bem cultural no decorrer do fator tempo. O bem não pode ser visto de forma isolada e sim no conjunto da trama histórica em que foi construído. Portanto, vale considerar o entorno do espaço que ocupa da localidade a que se destina, no sentido de compreender modos de vida,

formas de produção, tecnologias aplicadas, comportamentos coletivos - o saber e o saber fazer. Na concepção de Pestana (2005), são relações estabelecidas no meio social, entendendo que o patrimônio cultural conforme se reporta como a base e a sustentação de qualquer sociedade. Assim:

“Pode se dizer que o legado cultural mantém a continuidade cultural, sendo um nexos dos povos com o passado, e essa contigüidade com o passado dão certezas, permitindo se traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, possibilitando-nos a compreensão de onde viemos, quem somos, ou seja, tenhamos uma identidade” (BARRETO, 2000, p. 43).

A principal razão que justifica a ação de preservação do patrimônio cultural é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, que implica em seu bem estar material e espiritual e na garantia do exercício da memória e da cidadania (PESTANA, 2005).

Para Moser e Muller (2001), pode-se considerar o patrimônio cultural de uma população como recurso a serviço do desenvolvimento sustentável, pois o patrimônio tem valor por si só, constituindo-se, ao mesmo tempo, em memória coletiva da sociedade e em potencial recurso para seu futuro.

Em uma nova perspectiva, complementando, Simão (2001, p.17) afirma:

“O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir o papel econômico e social. Assim, pesquisar sobre a preservação cultural e compreendê-la implica em desvendar não somente as características culturais, mas, sobretudo, em avaliar as possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural”.

De acordo com Chuva (2002, p.83), a intensa produção artística de Minas Gerais e o patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas foram elementos primordialmente consagrados como patrimônio nacional, mediante ações protecionistas estatais implantadas no Brasil a partir de 1937.

A partir da década de 1970, segundo Rodrigues (2001), verificou-se a valorização do patrimônio cultural como fator de memória das sociedades. Assim, compreendemos que a memória é parte integrante de nossa existência e contribui de maneira determinante para a preservação da identidade cultural dos povos.

Para Pellegrini Filho (1993, pg. 95),

“parece haver uma grande tendência a se considerar dignos de preservação apenas artefatos (desde pequenos objetos até conjuntos representativos como uma cidade ou parte dela) de épocas passadas; “coisas velhas”, como se diz. Mas no permanente processo cultural em que todos estamos inseridos, é importante o registro tanto de facetas passadas como de atuais, integrantes do complexo sociocultural. Contendo um valor simbólico no contexto da sociedade em que ocorrem, os traços culturais devem ser tratados e registrados como bens patrimoniais”.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares, que fazem parte da memória coletiva. É fazer, também levantamentos, pesquisas de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano e rural. É fazer levantamentos de construções, especialmente aqueles que sofrem pressão decorrentes da especulação imobiliária. Devemos então de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural (LEMOS, 1981, p. 29).

Hoje, o mundo está entrando em um terceiro tipo de onda de viagens. Primeiro, o viajante era o aventureiro solitário, enfrentando todos os obstáculos; depois, foi a fase dos bandos coletivos, manipulados pelos pacotes pré-fabricados – turismo de massa. Agora, recupera-se a personalização: a demanda se diferencia, a oferta se diversifica, a qualidade da experiência vivida na viagem passa a ser um fator decisivo na avaliação do visitante. “*O caminho para essa transformação - dizem os organismos internacionais - está representado, com toda a clareza, pelo turismo cultural*”²(UNESCO, 2006).

Neste sentido, é possível considerar que, em todo o mundo, o turista está mais consciente e exigente, busca e valoriza a diversidade, a autenticidade, a pluralidade de culturas. Procura e está disposto a respeitar as diferenças, interessa-se pela história, pela arquitetura, arte, música e culinária; aprende cada vez mais a distinguir o artesanato autêntico e de qualidade das imitações industriais baratas. Quer encontrar um meio ambiente preservado, e está disposto a ajudar a preservá-lo, através de atividades ecologicamente sustentáveis (BARRETO, 2001).

² UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Revitalização sustentável do patrimônio cultural brasileiro. Disponível em <http://www.unesco.org.br>

Por isso, neste século a sensibilização como estratégia dos programas de educação patrimonial atrelado às viagens turísticas será uma importante ferramenta para a contribuição da tomada de consciência dos diversos viajantes quanto suas atitudes e posturas frente ao patrimônio e sua perpetuação sejam quais forem suas motivações.

“Preservar nosso patrimônio cultural é dar continuidade física ao patrimônio edificado, histórico ou ambiental, às coleções artísticas e dos mobiliários, aos jardins e parques históricos, aos arquivos de interesse histórico, aos usos, costumes e manifestações, culturais, para garantir a noção de pertencimento de um grupo a uma comunidade ou lugar, promovendo a melhoria da qualidade de vida das sociedades, através do bem estar material e espiritual, que possibilita o exercício da memória e da cidadania” (RANGEL, 2002, p. 18).

A preservação dos bens culturais, materiais e imateriais, está intimamente ligada ao uso, ao destino de utilização que o bem terá.

“A preservação do bem cultural está vinculada a sua correta utilização e integração ao cotidiano da comunidade. A atuação do poder público deve ser exercida em caráter normativo, e a preservação deve ser partilhada com organizações coletivas capazes de uma ação efetiva” (RANGEL, 2002, p.24).

A partir desta afirmação é importante salientar que a utilização indesejada da manifestação cultural, como, por exemplo, uma encenação artificial de uma dança para apreciação do turista, acarreta em descaracterização da autenticidade da manifestação, além de causar impressão distorcida ao turista, que leva consigo uma imagem equivocada daquela manifestação cultural (MARTINS, 2003).

Na concepção de Pelegrini Filho (1993) a proteção a manifestações folclóricas apresenta-se como assunto de extrema delicadeza. *“Essa proteção pode provocar o perigo de cristalizar artificialmente essas manifestações, dando-lhes uma sobrevida que lhes rouba o valor funcional anterior e lhes esvazia o significado”* (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 131).

O significado do legado cultural para a comunidade detentora de uma dada manifestação deve ser mantido para que não se perca através do tempo, ou seja, utilizada incorretamente pelo turismo. Analisando desta forma, *“a atividade turística pode ser o lobo em pele de cordeiro”* (CASTROGIOVANNI, 2001), que assume a promessa de trazer apenas benefícios e que na verdade, muitas vezes, apresenta transformações socioculturais negativas.

Porém, esta é uma discussão que deve ser tomada com cautela, pois, o turismo também pode ser uma força geradora de preservação, isto se for planejado em consenso com a comunidade receptora.

2.5 O patrimônio no âmbito global

Até a primeira metade do século passado o significado de patrimônio estava intimamente ligado a obras monumentais, obras de arte, propriedades luxuosas, associadas às classes dominantes (DIAS, 2005). Existem, porém, outras artes que transcorrem no tempo, como a dança, a literatura, o teatro e a música, que por não possuírem a mesma materialidade ficaram marginalizadas do conceito e legitimação simbólica da terminologia, sendo reconhecidas como patrimônio há bem pouco tempo.

No plano internacional, a noção de patrimônio imaterial, enquanto conjunto de bens culturais formados por saberes, modos de fazer, formas de expressão e celebrações, é uma construção eminentemente oriental, da década de 50 e sua assimilação pelo mundo ocidental só se verifica a partir dos anos 80 (SANT'ANNA, 2001, p.153).

Em nível internacional, o primeiro documento a introduzir a importância da valorização do patrimônio cultural com a inclusão de bens não monumentais como, por exemplo, uma edificação de pau-a-pique, foi a *Carta de Veneza*, de 1964, ao estabelecer, em seu artigo 1º, que a noção de monumento histórico se estende não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, significado cultural (ICOMOS, 2005).

Em relação às principais normas internacionais do patrimônio cultural vide Quadro 2:

Quadro 2: Cronologia das principais normas internacionais relacionadas com o patrimônio cultural

Normas Internacionais	Organização	Ano
Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado	Unesco	1954
Recomendações sobre os Princípios Internacionais que Deverão aplicar-se a Escavações Arqueológicas	Unesco	1956
Recomendação sobre os Meios mais Eficazes para tornar os Museus Acessíveis a Todos	Unesco	1960
Recomendações Relativas à Proteção da Beleza e do Caráter das Paisagens e dos Sítios	Unesco	1962
Recomendações sobre as Medidas Encaminhadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade do Patrimônio Cultural	Unesco	1964
Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza)	Icomos	1964
Normas para Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico (Normas de Quito)	OEA	1967
Recomendação sobre a Conservação dos Bens Culturais que a Execução de Obras Públicas ou Privadas Possa colocar em Perigo	Unesco	1968
Convenção sobre Meios para a Proibição e Prevenção da Importação, Exportação e Transferência de Propriedade do Patrimônio Cultural	Unesco	1970
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural	Unesco	1972
Resolução sobre a Incorporação de Arquitetura Contemporânea a Grupos de Edifícios Antigos	Icomos	1972
Recomendação sobre a Proteção no Âmbito Nacional do Patrimônio Cultural e Natural	Unesco	1972
Resolução sobre a Conservação de Pequenas Cidades Históricas (Resolução de Brujas)	Icomos	1975
Carta sobre o Turismo Cultural	Icomos	1976
Recomendações sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e seu Papel na Vida Contemporânea	Unesco	1976
Recomendações sobre o Intercâmbio Internacional de Bens Culturais	Unesco	1976
Recomendações sobre a Proteção dos Bens Culturais Móveis	Unesco	1978
Carta para a Conservação dos Lugares de Valor Cultural (Carta de Burra)	Icomos	1979
Carta de Florença sobre Jardins Históricos e Paisagens	Icomos	1981
Declaração de Tlaxcala sobre a Revitalização de Pequenos Povoados	Icomos	1982
Declaração sobre Políticas Culturais (Documento Final da Mundiacult)	Icomos	1982
Carta Internacional para a Conservação de Cidades Históricas e Áreas Urbanas (Carta de Washington)	Icomos	1987

Quadro 2: Cronologia das principais normas internacionais relacionadas com o patrimônio cultural (cont.)

Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	Unesco	1989
Conferência de Canterbury sobre Patrimônio e Turismo	Icomos	1990
Carta para Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico (Carta de Lausanne)	Icomos	1990
Carta de Courmayeur para Estabelecer Ações Nacionais e Internacionais contra o Comércio Ilícito de Objetos Pertencentes ao Patrimônio Cultural das Nações	Unesco	1992
Declaração de Querétaro sobre Patrimônio e Turismo	Icomos	1993
Declaração de Nara sobre Autenticidade	Icomos	1994
Convenção sobre o Roubo e Exportação Ilegal de Objetos Culturais	Unesco	1995
Declaração de San Antônio sobre Autenticidade na Conservação do Continente Americano	Icomos	1996
Carta para a Proteção e o Manejo do Patrimônio Cultural Subaquático	Icomos	1996
Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento	Unesco	1998
Carta do Patrimônio Vernáculo Construído	Icomos	1999
Carta Internacional sobre Turismo Cultural	Icomos	1999
Carta de Cracóvia (Unesco, Icomos, Iccrom...)	Várias	2000
Declaração Universal sobre Diversidade Cultural	Unesco	2001
Declaração de Istambul	Unesco	2002
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	Unesco	2003
Declaração Relativa à Destruição Intencional do Patrimônio Cultural	Unesco	2003
Convenção sobre a Diversidade Cultural	Unesco	2005

Fonte: Dias (2006, p. 138-140).

Dessa forma, no âmbito das políticas internacionais e nacionais existem algumas instâncias de crítica e controle sobre as questões e situações relacionadas à proteção do patrimônio cultural. Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade e a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (OMPI) e nacionais, como os ministérios, secretarias, centros e fundações de cultura, universidades, programas e projetos específicos, estão, ideal e potencialmente, voltados para a salvaguarda das culturas tradicionais e dos bens referenciais para as identidades coletivas; para a garantia

das condições de vida, de trabalho e dos direitos plenos para as pessoas e as comunidades produtoras desse patrimônio (VIANNA, 2001, p.94).

Neste sentido, algumas iniciativas internacionais foram tomadas ao longo dos anos no intuito de estabelecer critérios e diretrizes para a compreensão sobre o patrimônio e salvaguarda do mesmo. Por exemplo, a Conferência Geral da Unesco, intitulada como Convenção do Patrimônio Mundial, realizada em Paris em 1972, define e especifica patrimônio cultural em nível internacional como sendo, (MOSER e MULLER, 2001, p.63):

- “Monumentos: Obras de arquitetura, escultura e pintura monumental, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências,
- Conjunto ou Edificações: conjunto de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista histórico, da arte ou das ciências,
- Sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da estética, da etnologia ou da antropologia”.

Todavia, de acordo com Pellegrini Filho (1993, p.98), não foi essa a única vez que a Unesco tratou de tão importante assunto. Cerca de dez anos antes dessa reunião, especialistas notaram que determinados bens culturais de países subdesenvolvidos ficavam muito à mercê de pessoas e de entidades dos países desenvolvidos e, portanto, beneficiadas pelo maior poder aquisitivo de suas respectivas moedas fortes, além, naturalmente, da propriedade ilícita. Por isso, a reunião da Unesco realizada em Paris (1964), fez recomendações para evitar a transferência de propriedades de bens culturais. Inicia seu documento estabelecendo, para efeito da recomendação em pauta, a seguinte definição:

“Se consideram bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância no patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e arquitetura, os manuscritos, os livros, e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes tipos da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo os arquivos musicais”³.

³ Artigo 1 do cap. 1 “Definição”, da “Recomendação sobre Medidas Encaminhadas para Proibir a Exportação, a Importação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais”, 13ª Reunião da UNESCO, Paris, 21.11.1964.

Segundo Pelegrini Filho (1993), anterior a estas reuniões, a Carta de Atenas (1933), recomenda que não se deve “*demolir edifícios ou conjuntos arquitetônicos remanescentes de culturas passadas*”. A Carta de Veneza (1964) é mais explícita e recomenda a preservação de construções isoladas ou em conjunto, sem excluir sua “*função útil à sociedade*”.

Outros documentos importantes que podem ser citados, originados de encontros e debates em nível internacional e nacional são:

- Tratado sobre a Proteção de Bens Móveis e de Valor Histórico, reunião da Organização dos Estados Americanos em Quito (OEA, Equador), 1967 – sobre a conceituação e proteção de bens móveis de antes e depois do descobrimento da América e recomendando atualizar a legislação e ativar providências de cada país membro a respeito. Também se refere à utilidade do turismo como fator auxiliar na proteção ao patrimônio cultural. O informe final constitui as chamadas “Normas de Quito”.

- “Recomendações de Avignon” (França, 1968): considera as mudanças prodigiosamente aceleradas da sociedade moderna e a necessidade de preservar os testemunhos de civilizações passadas junto com obras atuais. Recomenda medidas para a preservação.

- “Colóquio de Especialistas Europeus sobre a Convenção de Haia de 14 e maio de 1954 para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado”, Zurique (Suíça), 1969: objetivou esclarecer a aplicação dos termos da Convenção, dar uma interpretação uniforme de suas disposições e permitir uma troca de idéias sobre técnicas de salvaguarda de bens culturais em situações delicadas.

- “Recomendação Concernente à Salvaguarda de Conjuntos Históricos ou Tradicionais e seu Inventário na Vida Contemporânea”, Nairobi (Quênia), 1976 (DIAS, 2005).

Esses e outros textos demonstram o alcance e a profundidade do tema nos tempos modernos.

2.6 Patrimônio cultural no Brasil

Com vasta área, o território brasileiro apresenta uma diversidade cultural que apresenta destaques na culinária, nas obras de arte populares e, sobretudo, nas tradicionais festas populares, possível de ser explorada pelo turismo que já se constitui uma alternativa viável e concreta de crescimento econômico no país.

O Brasil possui uma cultura multifacetada, subdividida por regiões que apresentam destaques na culinária, nas obras de arte e sobretudo nas tradicionais festas populares como as que acontecem no norte, em Parintins/AM (Boi Bumbá de Parintins); no nordeste, em Salvador/BA (Lavagem da Igreja Senhor do Bonfim); no centro-oeste, em Corumbá/GO (Cavalhadas de Corumbá de Goiás); no sudeste, em Sabará/MG (Folia de Reis) e no sul, em Caxias do Sul/RS (Festa da Uva).

As regiões brasileiras possuem características próprias e uma identidade popular que lhes proporciona um certo caráter autônomo. O que deve ser destacado é a mistura de várias culturas internas e até estrangeiras. Conforme GOULART (1998, p. 27) *“a cada sociedade corresponde uma tradição cultural, que se assenta no tempo e se projeta no espaço”*.

A Constituição de 1934 estabelece, em seu artigo 148, que à União compete animar o desenvolvimento da cultura, proteger objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico. É na década de 1930 que se dá o grande passo no sentido da preservação sistemática do patrimônio nacional: Mário de Andrade é encarregado de elaborar um anteprojeto de lei visando à preservação, nesse texto ele conceitua:

“Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (ANDRADE *apud* PELLEGRINI FILHO, 2000).⁴

Neste anteprojeto elaborado por Mário de Andrade em 1936 para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), realizou um levantamento sobre o patrimônio imaterial brasileiro; idéias avançadas e visionárias para a época (SANT`ANNA, 2001, p.158). Percebe-se a idéia de que

⁴ ANDRADE, Mário de. Mário de Andrade: Cartas de trabalho. Brasília, SPHAN/ pró-Memória, 1981.

o patrimônio não se compõe apenas de edifícios e obras de arte erudita, estando também presente no produto da alma popular.

Para Pellegrini Filho (2000), a larga abrangência que Mário de Andrade dava à noção de patrimônio cultural é mostrado nas oito categorias de “artes” por ele relacionadas: Arte arqueológica, Arte ameríndia, Arte popular, Arte histórica, Arte erudita nacional, Arte erudita estrangeira, Artes aplicadas nacionais e Artes aplicadas estrangeiras. Seu texto apresentado sofreu mudanças no Ministério da Educação, certamente por injunções políticas, porém acabou se transformando no Decreto-lei 25, de 30.11.1937, que organiza o SPHAN e define o tombamento como forma de proteção do patrimônio cultural.

O Quadro 3 apresenta a evolução da proteção do patrimônio no Brasil, com relação a legislação e criação de órgãos especializados para sua salvaguarda.

QUADRO 3: EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Medidas de proteção	Origem	Ano
Elaboração do Plano de Trabalho para a Constituição do SPHAN, atual IPHAN.	Mário de Andrade	1930 Início
Elevação da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional.	Governo Federal	1933
Criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais	Governo Federal	1934
Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)	Governo Federal	1937
Promulgação do decreto lei nº 25/37 que visa a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	Governo Federal	1937
Promulgação da lei de Proteção aos Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos.	Governo Federal	1961
Encontro de governadores que visava a adoção de medidas para a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – (Compromisso de Brasília)	Governo Federal	1970
Criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Governo Federal	1970
Encontro de governadores para reafirmar os compromissos assumidos em Brasília (Compromisso de Salvador)	Governo Federal	1971
Criação do Programa de Cidades Históricas (PCH) específico para a Região Nordeste	Ministério do Planejamento, Educação e Cultura.	1973
Criação do Programa de Cidades Históricas (PCH) específico para as Regiões Centro-Sul	Ministério do Planejamento, Educação e Cultura.	1977
Sancionada a Lei de Criação de Áreas de Interesse Turístico	Governo Federal	1981
Realização do I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos – (Carta de Petrópolis)	ICOMOS	1987
Promulgada a Constituição do Brasil na qual surge pela 1ª vez a denominação patrimônio cultural.	Governo Federal	1988
Reunião de Sensibilização sobre a importância do engajamento e participação popular no processo de desenvolvimento e execução de políticas preservacionistas sobre o patrimônio (Cabo Frio/RJ)	ICOMOS Comitê Brasileiro	1989
Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza (Declaração de São Paulo)	ICOMOS Comitê Brasileiro	1989
Encontro Regional de países do Cone Sul para tratar do tema autenticidade (Brasília)	Governo Federal	1995
Realização do Seminário Caminhos da Preservação – Nova Declaração de São Paulo	ICOMOS Comitê Brasileiro	1996
Realização do Seminário – Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção (Carta de Fortaleza)	IPHAN	1997
Divulgação do documento intitulado Carta de Mar del Plata sobre Patrimônio Intangível	Mercosul	1997
Criação do Sistema Brasileiro de Museus	IPHAN	2004

Fonte: Elaboração da autora a partir de Dias (2006).

Aconteceram também de acordo com Pestana (2005):

- “Reunião Técnica sobre Identificação, Proteção e Vigilância do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico”, São Paulo (Brasil), 1972: para reforçar recomendações relativas à proteção, à função do Estado, ao comércio ilícito de bens móveis, à cooperação interamericana no sentido de serem efetivadas medidas sobre esses assuntos.

“Colóquio sobre Revitalização de Centros Históricos e Participação da Comunidade”, Salvador (Brasil), 1980: realizado pelo comitê brasileiro do Conselho Internacional de Defesa dos Monumentos e Sítios Históricos Artísticos (Icomos), tratando de problemas de conservação, restauro, revitalização de cidades históricas, cooperação de diferentes níveis administrativos, participação da comunidade local nessas atividades.

-“1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais Arquimemória”, São Paulo (Brasil), 1981: promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

-“1º Encontro sobre Arquitetura nas áreas de Colonização Alemã: sua Valorização e Preservação”, Florianópolis (Brasil), 1981: objetivou uma tomada de consciência sobre o tema.

-“Carta de Goiânia”, Goiânia (Brasil), 1985: resultante da 3ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, a qual acentua a importância social e política da arqueologia, especificamente os tipos de patrimônio arqueológico e trata de outros assuntos pertinentes.

Com o avanço das discussões e posteriormente com o apoio da Constituição de 1988 dedicando maior atenção à valorização do patrimônio, tanto cultural, quanto natural, criando o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

Todavia, com todos os esforços realizados por Convenções da Unesco e do ICOMOS, é somente em 4 de agosto de 2000 que o Decreto de número 3.551 institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial no qual fica instituído o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Nacional Brasileiro. Este decreto especifica que os registros se farão em um dos seguintes livros: (artigo 1)

- I- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

- III- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Em seu segundo artigo estabelece que a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira (IPHAN, 2000).

O registro é um instrumento legal para reconhecimento e valorização do Patrimônio Imaterial Brasileiro, tendo que ser levado ao conhecimento do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para ser submetido ao processo de análise e aprovação, sendo reavaliados a cada dez anos, em âmbito nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), na instância estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico (IEPHA - MG). (PESTANA, 2005).

De acordo com Vianna (2001), o registro é um instrumento à disposição do Estado e da sociedade para a sistematização do método de identificação, documentação e reconhecimento dos bens que constituem o patrimônio imaterial brasileiro, que escape ao âmbito do instrumento de tombamento e da legislação atual, não sendo um instrumento fechado, normativo e restritivo, pressupondo a dinâmica própria das tradições, sem pretender engessar suas formas e conteúdos no tempo e no espaço.

No Brasil, de acordo com DIAS (2006, p.150) foram registrados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) até 2005 os seguintes patrimônios imateriais:

- 1- Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi – Amapá
- 2- Ofício das Paneleiras de Goiabeiras – Vitória (ES)
- 3- Samba de Roda – Recôncavo Baiano (BA)
- 4- Círio de Nossa Senhora de Nazaré – Belém (PA)
- 5- Ofício das Baianas de Acarajé – Salvador (BA)
- 6- Modo de Fazer da Viola de Cocho – Centro-Oeste (MT)
- 7- Jongo – Manifestação cultural de comunidades afro-brasileiras do Sudeste do país que envolve canto, dança e percussão de tambores.

Foram indicados recentemente, em 2007, a Feira de Caruaru e o Frevo, ambos em Pernambuco.

Em Minas Gerais, apenas um patrimônio imaterial foi registrado pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, 2007) que é a técnica da produção do Queijo de Serro.

“A receita, trazida da Serra da Estrela, em Portugal, chegou na região pela trilha do ouro, na bagagem do explorador de minério. A técnica portuguesa, aqui adaptada, é mantida há quase trezentos anos, passada de pai para filho por diversas gerações. O Queijo do Serro representa mais do que um produto agro-pecuário, é uma herança cultural do povo serrano. O seu modo de fazer representa uma das mais significativas e importantes manifestações tradicionais, do ponto de vista econômico e cultural, fortemente enraizadas no universo do cotidiano desta comunidade”. (IEPHA, 2007)

Está sendo realizado um estudo minucioso para se registrar a produção da cachaça artesanal de Minas Gerais.

Com base na metodologia das Condições Operacionais do IEPHA criou-se em forma de Lei, um modo de estimular e incentivar a preservação dos bens patrimoniais mineiros que selecionados, sejam perpetuados pelo poder público, bem como pela comunidade, denominada Lei Robin Hood. Esta lei de nº 12.040, de dezembro de 1955, dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação) pertencente aos municípios para investimento no setor cultural. É uma legislação específica do estado de Minas Gerais, sendo pioneiro nesta iniciativa.

Uma preocupação dos estudiosos hoje é quanto ao incentivo a manutenção das tradições e do saber fazer que fundamentam a preservação do patrimônio cultural, sendo assim, não poderíamos deixar de comentar a relevância do folclore para a perpetuação das manifestações do saber popular, sua diversidade e sua contribuição para o turismo cultural.

3 TURISMO, FOLCLORE E EDUCAÇÃO – UM ELO DE VALORIZAÇÃO

3.1 O significado do turismo

O turismo é um fenômeno dinâmico e complexo, que se desenvolveu ao longo do tempo, a partir dos deslocamentos e viagens, que inicialmente eram para a busca de conquistas, de estudos, de lazer e de novas experiências. Com a Revolução Industrial houve um crescimento e um enorme avanço da tecnologia, o que favoreceu o crescimento das viagens. Atualmente, esse crescimento, juntamente com o avanço tecnológico acelerado e a globalização são os determinantes para a otimização dos fluxos da atividade turística.

O turismo planejado, alvo de diversos estudos, é uma atividade relativamente nova, isto se comparada a outras como o deslocamento de pessoas em séculos passados, que não tinham, por exemplo, a infra-estrutura necessária aos viajantes e o planejamento de roteiros como atualmente é realizado.

O turismo atrai estudos de diversas áreas e esta atividade começou a ser definida como fenômeno a partir do século XX, sendo caracterizado:

“pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicílio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve aspectos tanto econômicos, quanto sociais, naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas” [...]. (REJOWSKI, 1996, p. 12).

Para De la Torre (1992, p. 19)

“O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

É consenso entre os autores que estudam o turismo que este é um fenômeno que movimentou pessoas de diversas nacionalidades e a economia de diversos países e regiões.

A atividade turística vem apresentando um desenvolvimento considerado importante para diversas regiões. Tanto em âmbito internacional, em países como França, Itália e Espanha, como no Brasil, o turismo atualmente é alvo de estudos e pesquisas multidisciplinares, para que se antecipem as mudanças que ele envolve e o futuro da atividade.

Na prática, o turismo é um dos setores da economia que mais tem crescido nos últimos anos, considerado até como a atividade que mais cresce no mundo, com taxa de crescimento de cerca de 2% a 5% ao ano, gerando receitas importantes para a economia de países como a França, que *“foi o país que mais recebeu visitantes em 2006: 78 milhões de visitantes, mais do que sua própria população (63 milhões de habitantes).”* (REVISTA VEJA, 2007).

No Brasil, o turismo é visto como potencial gerador de renda e empregos, principalmente a partir da metade dos anos 90. Em função da capacidade potencial da atividade, o turismo foi declarado uma atividade prioritária pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso naquela década.

De acordo com economistas, constatou-se que a atividade turística atinge cerca de 52 setores diferentes no setor econômico (BENI, 1998). Haja vista que:

“Os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento. Todo comércio local é beneficiado. Jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, barqueiros, pescadores e outros profissionais, passam a ser agentes do processo de desenvolvimento”. (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2003, p. 7).

E como a atividade mostrou considerável crescimento, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi posposto o Plano Nacional do Turismo, que tem como objetivos gerais:

- Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossa diversidade regionais, culturais e naturais.
- Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional. (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2003, p. 13).

No PNT foram definidas cinco metas para o Turismo no Brasil, para serem atingidas no período de 2003 a 2007. São elas:

- 1 – Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações;
- 2 – Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil;
- 3 – Gerar 8 bilhões de dólares em divisas;
- 4 – Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos;
- 5 – Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

De acordo com dados da Embratur (2007), em 2005 foram cerca de 5,3 milhões de estrangeiros desembarcando no Brasil, já em 2006, estima-se que este número decresceu para 5 milhões. A partir destes números percebe-se que a meta de aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil não será atingida até o final de 2007.

O mesmo poderá acontecer com a meta de aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos, visto que o país teve um movimento de cerca de 46,3 milhões de desembarques nos vôos domésticos em 2006 (EMBRATUR, 2007), número ainda distante dos 65 milhões.

3.1.1 Análise e tendências

O processo da globalização facilitou o crescimento do turismo mundial e provocou maior disponibilização e acessibilidade aos produtos, às instalações e aos serviços turísticos, desta forma, o mercado turístico assistiu ao crescimento de novas destinações e ao investimento maciço de capital no desenvolvimento de tradicionais países receptores.

O crescimento do turismo leva a mudanças positivas e negativas na sociedade, na economia e no ambiente, que podem levar ao enfraquecimento ou ao fortalecimento deste crescimento. Há que se considerar também dois lados envolvidos neste movimento: as comunidades receptoras e os consumidores turistas.

A atividade turística tem sido beneficiada pela abertura dos mercados e o aumento do fluxo de viajantes no mundo. O processo de globalização desenvolveu valores e estilos de vida que incidem no mercado de consumo mundial, envolvendo também o mercado turístico, cujos fornecedores tentam reagir às mudanças, adaptando seus produtos e serviços aos desejos

e motivações dos consumidores e suas decisões de compra. É necessário pensar o turismo como gerador de mudanças constantes e analisar: “*Que nível de crescimento pode ser considerado ideal e sustentável em função da região em consideração?*” (BENI, 2003, p. 30). Talvez, esta seja uma pergunta que possua certa dificuldade de obter respostas concisas.

Para Beni, os fatores determinantes no crescimento do turismo podem ser:

- Os fatores de produção que significam o acesso aos recursos;
- A inovação;
- Os mecanismos de criação envolvendo capital humano, pesquisas e aplicações;
- A quantidade e a qualidade dos produtos;
- O tamanho e as redes de empresas e;
- No aspecto institucional, constituem o sistema de incentivos e financiamentos oferecidos pelo poder público. (BENI, 2003).

O processo da globalização das atividades turísticas, com mais estrutura, como redes hoteleiras, serviços de transportes, agências de viagem e prestadoras de serviços, estimulam o aparecimento de novos cenários com permanentes desafios de ajustes à legislação comercial internacional e aos preceitos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As políticas públicas de turismo devem ser adaptadas, de forma consistente, às recomendações do comércio internacional se quiserem oferecer destinações e produtos turísticos em condições competitivas. É importante ressaltar que a aceleração do processo de identificação, juntamente com a avaliação dos interesses público e privado no sistema de turismo, deverá ser convertido em instrumento de negociação e de acordos multilaterais. (BENI, 2003, p. 31-32).

Na busca de compreender o comportamento do mercado turístico, dos fornecedores de equipamentos e serviços e das motivações dos consumidores, ressalta-se a necessidade de identificar os indicadores de tendências. O conhecimento das motivações e anseios dos turistas e as tendências pelo consumo de determinadas destinações ou serviços, permitem que os especialistas do turismo desenvolvam planos de ações, identificando as áreas mais desprovidas de investimento e elaborando políticas de turismo pautadas em alicerces para o futuro da atividade.

Porém, no Brasil as pesquisas e estatísticas relacionadas às tendências do movimento turístico podem ser consideradas precoces, se comparadas a outros países que têm estas análises muito bem definidas, e isto faz com que as informações sobre a atividade provoquem previsões não muito confiáveis sobre as tendências para a atividade.

Os últimos números oficiais da Organização Mundial do Turismo (OMT) indicam que o Brasil teve um crescimento de 12% no turismo receptivo em 2005, último dado global da Organização, número este que contribuiu para que o país possuísse, naquele ano, uma expansão que representa mais que o dobro da média mundial em termos de crescimento. Contudo, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) aponta que o número de visitantes ao país em 2006 diminuiu, já que em 2005 foram cerca de 5,4 milhões e em 2006 foram 5 milhões de estrangeiros a desembarcarem no país. De acordo com dados da OMT o Brasil é o 36º destino mais procurado no mundo⁵.

“O Brasil é o único país da América do Sul a fazer parte dos 40 destinos mais procurados no ranking da OMT. Ele figura atrás de países como a Tunísia, África do Sul, República Tcheca e Arábia Saudita. A lista de primeiros colocados é formada predominantemente por europeus”⁶.

Porém, pode-se considerar baixo o número de visitantes ao país, isto se comparado à França, 1º lugar no ranking, que possui 63 milhões de habitantes e atraiu cerca de 78 milhões de turistas em 2006⁷. E a Espanha, 2º lugar no ranking, que atrai 55,9 milhões de estrangeiros.

Segundo José Francisco de Salles Lopes, diretor do departamento de pesquisas e estudos da Embratur, o Brasil está atraindo turistas com gastos cada vez maiores e que fica mais tempo em viagem. Ainda, de acordo com Lopes, “o país tem tentado elevar sua atratividade com uma participação maior em feiras e com a criação de escritórios brasileiros de turismo no exterior”⁸, e estes escritórios contribuem na promoção do Brasil através de contactos com os agentes de viagem que enviam turistas ao país.

No exterior, a preocupação em identificar as tendências para o desenvolvimento do turismo é constante. Em nível mundial, destacam-se as pesquisas realizadas pela OMT que, através de pesquisas, indica algumas grandes tendências para o turismo (RUSCHMANN, 1997):

- A conservação e a preservação do patrimônio se apresentarão como novos temas para experiências turísticas;

⁵ TURISMO pelo Mundo. Folha de São Paulo, 25 fev. 2007.

⁶ Idem.

⁷ DADOS sobre o Turismo. Revista Veja. n.07, ano 40, 21 fev. 2007.

⁸ TURISMO pelo Mundo. Folha de São Paulo, 25 fev. 2007.

- No futuro, será privilegiada a qualidade da experiência obtida a partir do momento em que se recebem um número menor de viajantes, permanecendo mais tempo nos destinos;
- A filosofia do turismo valorizará a implementação de planos de desenvolvimento aprovados pela comunidade e, conseqüentemente, se alcançará um maior compromisso desta comunidade com o turismo;
- Favorecimento da preservação da cultura das localidades receptoras, através do interesse dos turistas e da aceitação das diferenças culturais;
- A tecnologia exigindo alto nível de educação e treinamento, refletindo-se na eficiência e na qualidade dos serviços;
- Desenvolvimento de novos destinos;
- Incremento do turismo de interesse pessoal (cultural, educacional, desenvolvimento profissional);
- Desenvolvimento de novas formas de turismo;
- Preferência por locais que ofereçam proteção e segurança.

No Brasil os estudos sobre tendências para a atividade turística, são poucos, Doris Ruschmann desenvolveu uma pesquisa em 1992, utilizando a metodologia Delphi que apontou resultados como: O aumento do número de turistas em função do crescimento econômico; As destinações clássicas, não sofrerão queda de afluxo de visitantes, com o crescimento do turismo alternativo; Incremento moderado dos investimentos no setor, sem solução para o problema da sazonalidade turística.

As pesquisas de Ruschmann indicam um planejamento precário em relação a todos os componentes da oferta turística e a falta de engajamento do poder público no desenvolvimento da atividade, além da iniciativa privada considerada individualista, amadora e pouco preocupada com a qualificação dos recursos humanos.

Em um estudo sobre as perspectivas do turismo para o terceiro milênio, Lage & Milone (2000) verificaram, através de projeções estatísticas, que o desenvolvimento do turismo em nível mundial continuará ocorrendo na mesma velocidade, e o turismo receptivo brasileiro, se permanecer com a mesma estrutura, terá participação relativa chegando a 1% ao ano.

Os últimos estudos de tendências no Brasil são de autoria de Mário Beni que publicou em 2003 o livro “A Globalização do Turismo: Megatendências do Setor e a realidade Brasileira”. Neste livro, Beni aponta como tendências de longo prazo o crescimento

para o transporte aéreo, para os eventos, os parques temáticos, o turismo de saúde, a inovação no turismo, o Turismo de Terceira Idade e o Turismo em Reservas Ecológicas. (BENI, 2003).

Todavia, são tendências e registram-se mudanças na economia mundial e nacional, que acabam colaborando para o desenvolvimento do turismo, e que têm desafiado os empresários do setor que possuem uma postura pouco profissional e uma visão imediatista da atividade.

3.1.2 O turismo e as transformações socioculturais

A atividade turística e tudo o que ela envolve, pode transformar diversos setores fazendo do turismo uma atividade de suma importância tanto na dimensão econômica, quanto na social e política no mundo.

As influências do turismo têm importância crescente na economia das localidades receptoras e vale mencionar a dimensão social e cultural que também são influenciadas pela atividade. O turismo é um fenômeno social e complexo, que permite a aproximação ou o afastamento das pessoas, e através do contato, promove intercâmbio e integração com diferentes culturas em comunidades onde existam ofertas turísticas.

A acelerada dinâmica sociocultural da vida, na segunda metade do século XX e na sociedade industrial, provoca mudanças mais amiúde em bens culturais, principalmente quando se trata de manifestações do folclore ou culturas populares.

“O turismo pode atuar como um dos fatores de mudança; na visão deste ou daquele estudioso, as mudanças são positivas ou negativas. No caso de bens arquitetônicos, parece consenso que a reciclagem de construções antigas, dando-lhes nova função, é uma das melhores soluções. No caso de manifestações espirituais – em que se inclui particularmente o folclore – há enormes potencialidades para aplicação em turismo e lazer urbano, porém com limites: as possíveis formas de aproveitamento devem ser pautadas por extremo bom-senso e por respeito pelas características desse gênero de patrimônio cultural”. (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 149).

Neste sentido, vale ressaltar a importância em compreender as influências socioculturais que esta atividade provoca em comunidades receptoras.

Para Corner (2001, p.215), “*numa atividade turística, os impactos socioculturais são o resultado das relações sociais mantidas durante a estada dos visitantes, cuja intensidade e duração são afetadas por fatores espaciais e temporais restritos*”.

As influências socioculturais podem ser manifestadas em diversos aspectos, relacionadas no sistema de valores, nas tradições e costumes, nas crenças religiosas, nos estilos de vida, nos modelos de comportamento, dentre outros, podendo ser positivas ou negativas para a comunidade local.

O turismo gera em seu desenvolvimento mudanças socioculturais que podem favorecer no intercâmbio cultural, estimulando e preservação e conservação dos patrimônios históricos e costumes, despertando para a comunidade local um maior interesse pela arte e pelo artesanato, bem como, ajudando a recuperar antigas manifestações culturais, valorizando suas tradições e sua própria identidade cultural.

“O turismo pode ajudar a estimular o interesse dos moradores pela própria cultura, por suas tradições, costumes e patrimônio histórico, uma vez que os elementos culturais de valor para os turistas são recuperados e conservados, para que possam ser incluídos na atividade turística. Esse despertar cultural pode constituir uma experiência positiva para os moradores, dando-se certa conscientização sobre a continuidade histórica e cultural de sua comunidade que, por sua vez, podem se tornar aspectos que potencializem o atrativo turístico do lugar”. (CORNER , 2001, p. 220).

É interessante ressaltar ainda que é preciso encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a preservação da cultura local, evitando que o turismo não se transforme apenas em instrumento de exploração econômica, tornando-se prejudicial à sociedade e gerando insatisfação e rivalidade entre turistas e comunidade local, Esta transformação sociocultural pode levar a ocorrência de saturação da atividade em dadas localidades.

“É, portanto, importante que a comunidade local perceba e receba benefícios da atividade turística. Por isso, buscando evitar conflito entre os dois grupos, moradores e visitantes, na utilização dos recursos locais, é essencial dar oportunidades aos moradores de participar e decidir sobre o plano de desenvolvimento da atividade no lugar onde reside”. (CORNER , 2001, p. 220).

Dessa maneira, a comunidade local terá expectativas realistas sobre o que pode esperar e se sentirá mais motivada a proteger seu entorno cultural e natural. Por isso, é de suma importância o planejamento turístico com a participação da comunidade receptora, pois assim pode ser possível encontrar meios de diminuir ou minimizar as influências que não são

bem vindas e aumentar as influências desejadas.

É possível considerar que as transformações sócio-culturais são as últimas a serem percebidas e identificadas, pois possuem alguns componentes intangíveis e difíceis de mensurar e sua avaliação é bastante subjetiva.

Em geral, somente as comunidades que já têm experiência com a atividade sabem relacioná-los, pois implicam a convivência (direta ou indireta) com uma diversidade de pessoas não residentes visitando o local e demandando serviços. Podem ser divididos em cinco estágios (que podem, mas não devem necessariamente acontecer), equivalentes às fases de predisposição da comunidade local em receber turistas. O estágio inicial é aquele da euforia: as pessoas estão entusiasmadas e vibram com o desenvolvimento do turismo. O segundo estágio é o da apatia, quando a atividade se consolida e o turista é considerado um meio para a obtenção de lucro. O terceiro estágio caracteriza-se pela irritação, que se manifesta conforme o turismo começa a atingir níveis de saturação. No quarto estágio, há o antagonismo: os moradores culpam os turistas por todos os seus males. E o último estágio, que é o da consciência, quando são colocados na balança os prós e contras do desenvolvimento do turismo, da maneira como foi conduzido (DOXEY, 1972).

Além disso, também é importante a conscientização dos visitantes, visto que estes podem ocasionar efeitos consideráveis em uma comunidade. Assim, é imprescindível que saibam valorizar e respeitar o entorno sociocultural que os recebe, pois o processo de conscientização pode dar um bom resultado para estes núcleos receptores.

Pode-se observar, portanto, que as influências socioculturais devem integrar-se ao planejamento turístico, sendo um meio de garantir a sustentabilidade cultural, assegurando a satisfação e atendendo as necessidades dos turistas, maximizando o bem estar da comunidade local.

3.2 O Turismo cultural

A relação patrimônio e cultura têm influenciado as percepções das pessoas no mundo moderno quanto à busca pela memória e história. A busca pelo conhecimento, pela valorização e preservação do patrimônio, da memória e da cultura, faz com que as pessoas tenham a necessidade de se locomover, de viajar. O turismo tem importante papel na preservação do patrimônio cultural.

Atualmente, segundo Megale (2003, p.135),

“Não se considera mais o turismo apenas como uma simples diversão, pois ele possui condições educativas excepcionais. O turismo é muito importante para o intercâmbio intelectual, por isso, a UNESCO aconselha às companhias, não somente desenvolverem a indústria de viagens, mas que o faça de maneira que ela possa servir à mútua compreensão dos povos e ao desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas. Forma-se assim o denominado turismo cultural”.

Para Soares (2006, a) a segmentação do mercado turístico está ocorrendo espontaneamente e em função disto, a cada nova forma de praticar o turismo são evidenciadas as devidas atenções, tanto na forma epistemológica, quanto para as novas adaptações de infraestrutura. E assim, *“discute-se e estuda-se muito o turismo cultural, seja para transformá-lo em alternativa de novos roteiros e produtos, seja nas políticas de preservação e manutenção do patrimônio cultural, material ou imaterial”*. (SOARES, 2006, a, p. 32).

Com a observação da grande relevância da cultura para o turismo, o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), através de uma importante publicação, denominada de Carta de Turismo Cultural⁹, estabeleceu e definiu a primeira conceituação de turismo cultural, como sendo:

“O Turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes quanto tanto contribui para satisfazer seus próprios fins, a sua manutenção e proteção. Este tipo de

⁹ Editada na 12ª Assembléia Geral do ICOMOS em outubro de 1976, Bruxelas, Bélgica; acesso www.iphan.com.br – junho de 2005.

turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada”. (ICOMOS, 1976)

O turismo cultural, no sentido mais amplo, seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural e sim um atrativo cultural relacionado à construção do homem. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto, turismo cultural seria o que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. (LUCHIARI, 2000).

O Turismo cultural representa o deslocamento de pessoas para uma região para adquirir conhecimentos sobre monumentos, sítios histórico-artísticos e valores culturais característicos do local. Assim, o interesse crescente da demanda por esse turismo que se apóia nas mais diversas atividades e manifestações frutos da interpretação e necessidades humana, a qual é representada por seu patrimônio material e imaterial.

Existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo relativamente ao legado que é coletivamente herdado.

Na atualidade, a fragilidade cultural das comunidades tradicionais representa uma preocupação para os estudiosos do turismo, apresentando-se como um risco de perda da identidade cultural ou mesmo sua captura como mercadoria. (SILVA; CASTRO; SOUZA, 2006).

Por essa razão não podemos esquecer que tanto a memória como o patrimônio trabalham com lembranças e esquecimentos. Ao construir a memória, o homem intervém não só na ordenação dos vestígios, dos registros, mas também na sua releitura. Ela é a expressão de modos como os grupos se apropriam e fazem uso do passado. Ao buscarmos entender como se constitui a memória coletiva face aos acontecimentos presentes, percebe-se que ela não é somente uma conquista, mas também um instrumento de poder. O patrimônio resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. O patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. E esse conjunto está sujeito a diversas leituras, apesar de serem comumente apresentados com um significado único.

“As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. Os bens materiais seriam edifícios, obras de arte, bens tombados e arqueologia. Os bens imateriais seriam o folclore, as

danças, as peculiaridades de cada povo. O turismo cultural explora todo tipo de cultura”. (WINTER, 2005).

Essa relação de bens materiais e imateriais é mostrada no conceito de patrimônio cultural que é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares. O turismo entende o patrimônio cultural como aquele que se volta para certos tipos de atividades mais propriamente ditas culturais, tais como visitas a museus, a cidades históricas ou roteiros temáticos.

O Turismo cultural aponta no sentido de englobar os movimentos de pessoas que obedecem a motivações essencialmente culturais, onde podemos incluir modalidades diversas como viagens de estudo, visitas a sítios e monumentos que tem por objetivo a descoberta da natureza, o estudo do folclore ou da arte.

Segundo Cavalcanti (1992) o turismo cultural não é só o legado que é herdado, é também o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja levar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de levar o patrimônio cultural a gerações futuras.

Além disso, é um grande instrumento de promoção social, econômica e cultural. Proporciona oportunidades para as pessoas conhecerem novos lugares, diferentes manifestações culturais (dança, música, artesanato, etc), pratos típicos e outras manifestações.

No atual contexto, quando se vivencia o processo de globalização que perpassa por todas as atividades humanas, a valorização da cultura típica emerge como uma forma de diferenciação, aspecto fundamental na qualidade do produto turístico.

Para Neves (2003, pg.59),

“O turismo, além de importante instrumento de promoção social e de dinamização econômica, é também, e principalmente, uma atividade cultural. Conhecer lugares, assistir à apresentação de manifestações artísticas, degustar pratos peculiares da gastronomia típica de cada região, compartilhar com nativos a experiência de uma feira local, é conhecer elementos que dizem respeito a pessoas e suas sensibilidades, suas normas e valores, suas emoções”.

“Costuma-se dizer que todo deslocamento do turista implica numa apropriação cultural, uma vez que faz com que ele entre em contato com novos espaços e expressões do gênio humano” (FUNARI e PINSKY, 2001, p.10). Assim posto, é possível compreender porque a motivação para a busca do turismo cultural *“depende muito mais do turista do que*

do próprio destino escolhido, pois a simples oportunidade de conviver com o povo da localidade já é um atrativo para aqueles que sabem apreciar a cultura” (MOLETTA, 2000, p.44).

Desta maneira o turismo aproveita e usa a cultura como força de atratividade turística, fazendo com que a diversidade cultural proporcione ao turista a satisfação desejada na viagem.

3.3. Folclore

As produções culturais, os mitos, as cantigas, as danças e as diversas outras manifestações de grupos e comunidades são tidas como o folclore daquela região ou daquela comunidade. Mas na realidade como surgiu a palavra folclore e o como os estudos científicos tratam o folclore?

De certo que a palavra folclore, em português, deriva de outra inglesa. Alguns autores como Cássia Frade, Rossini Tavares de Lima e Laura Della Mônica, afirmam que a palavra Folk-lore foi criada por William John Thoms (1803-1885), um arqueólogo inglês que dedicou seus estudos a maneira de ser e agir do ser humano.

“A revista *The Atheneum* publicou, em seu número 982, de 22 de agosto de 1846, a carta de William John Thoms, sob o pseudônimo de Ambrose Merton. Referia-se a palavra Folk-lore, por ele criada, explicando a maneira de pensar, agir e reagir das comunidades, cujo significado passou a ser, a princípio, objeto da futura ciência” (DELLA MONICA, 2001, p. 18).

E assim surgiu a palavra folclore, com o *‘folk’*, que significa povo e *‘lore’*, que traduz como ciência ou o que faz um povo, a sentir, a pensar, a agir e a reagir (LIMA, 2003, p. 3). No Brasil, segundo MEGALE (2003, p.11) após a reforma ortográfica de 1934 que eliminou a letra k, a palavra perdeu também o hífen e tornou-se folclore.

O folclore propõe um problema essencialmente prático: determinar o conhecimento peculiar ao povo, através dos elementos materiais que constituíam a sua cultura, ou seja,

“O folclore propunha-se a estudar o modo de ser, de pensar e de agir peculiares ao ‘povo’, por meio de fatos de natureza ergológica (material),

como técnicas de trabalhar na roça, ou manipular metais, de transporte ou de esculpir objetos etc., e de natureza não material, como as lendas, as superstições, as danças, as adivinhas, os provérbios etc” (FERNANDES, 2003, p. 39).

Para Cascudo (2001, p.240) “o folclore é a cultura do popular, tornada narrativa pela tradição, compreendendo técnicas e processos utilitários, além de sua funcionalidade”.

De acordo com o Dicionário Aurélio a palavra folclore significa: “*O conjunto ou estudo das tradições, conhecimentos ou crenças dum povo, expressas em suas lendas, canções e costumes*”. (FERREIRA, 1993, p. 225). Já segundo o francês André Veragnec, “*folclore é a civilização tradicional reunindo tudo que o homem de qualquer nível cultural aprendeu fora dos livros, da escola ou de qualquer meio de difusão cultural*” (MEGALE, 2003, p.12).

No Brasil, os estudos do folclore começaram com Cassiano Ricardo, que:

“Havia rabiscado em seu caderno de figuras, a história do país-menino; a história das figuras que, na manhã indígena, assistiram á missa rezada pelos marinheiros. (...). os indígenas ouviram as ladainhas cantadas pelos jesuítas, interpretando-as a seu modo. As festas começaram a se realizar em épocas certas e variáveis” (DELLA MONICA, 2001, p. 19).

Os homens e as famílias foram se unindo e sentiram a vontade de cantar e dançar, de contar histórias. As mulheres começaram a mostrar, em seus baús, as coisas bonitas que haviam trazido e assim “*a gente daqui passou a olhar, a sentir e a usar. E tudo foi se misturando, modificando, apocopoando, aculturando...*” (DELLA MONICA, 2001, p. 19).

De acordo com Fernandes (2003, p.40),

“Os primeiros folcloristas admitiam que o folclore abrangia tudo o que culturalmente se explicasse como apego ao passado, às soluções costumeiras e rotineiras, compreendendo todos os elementos que a secularização da cultura substituía por outros novos (por exemplo: o tratamento de doenças por processos da medicina empírica, a explicação da origem do mundo, a origem divina dos fenômenos naturais (explicação acientífica de qualquer ordem), técnicas de plantio – processos de derrubada com as queimadas realizada pelos caboclos, técnicas empregadas no trabalho de produção manual/artesanal, etc., em suma, a não utilização de elementos compatíveis com a civilização científica”.

Em síntese, o objeto do folclore seria, por assim dizer, dentro desta visão, o estudo dos elementos culturais praticamente ultrapassados, como afirma Fernandes (2003, p.41) “*as sobrevivências*”. Todavia, segundo Megale (2003, p.13) o folclore, apesar de basear-se no passado, está sempre se acomodando à mentalidade e às reivindicações do presente.

Os estudos relacionados ao folclore brasileiro se iniciaram, de fato, quando, em 1946, foi criado o centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, que mais tarde tornou-se a Associação Brasileira de Folclore. Em 1951 realizou-se o Iº Congresso Brasileiro de Folclore que tinha como objetivo: “*Fixar elementos essenciais de pesquisa científica do Folclore em nosso país. De modo a permitir, em consequência, sua análise, interpretação e comparação com os outros países*” (DELLA MONICA, 2001, p. 20).

Porém, para Pelegrinni Filho (1993), um dos estudiosos do folclore, é preciso reconhecer-se que as pesquisas e os estudos sobre a cultura popular no Brasil sempre estiveram atrasados em relação a outros países e capengando em relação a rigores metodológicos. Nos Estados Unidos, por exemplo, assim como em diversos outros países, folclore é curso de graduação e até pós-graduação, há anos.

“No Brasil, especificamente a própria palavra folclore adquiriu imagem negativa no meio acadêmico, fazendo com que os sociólogos e antropólogos interessados no estudo de conteúdos tratados por folcloristas preferiram o rótulo cultura popular. Como parte do patrimônio cultural, o folclore (ou culturas populares) coexiste com a cultura erudita e comum a cultura de massa, num processo de contínua interação de conteúdos simbólicos socialmente passados de geração a geração” (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 124).

No I Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, foi aprovada uma Carta do Folclore Brasileiro, que definia fato folclórico como sendo:

“Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular ou pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam, ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano, ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica” (LIMA, 2003 p. 15).

Este conceito foi aceito por muitos folcloristas até 1954, quando no Congresso Internacional de Folclore, que aconteceu em São Paulo, aprova o conceito de fato folclórico como sendo:

“Toda maneira de sentir, pensar e agir, que constitui uma expressão da experiência peculiar de vida de qualquer coletividade humana, integrada numa sociedade civilizada. O fato folclórico caracteriza-se pela espontaneidade e pelo seu poder de motivação sobre os componentes da respectiva coletividade” (LIMA, 2003 p. 15).

De acordo com Megale (2003, p.16), *“O fato folclórico, como expressão da experiência popular, é sempre atual, pois encontra -se em constante renovação”*. Sendo o retrato vivo dos sentimentos populares e das reações do povo ante as transformações sociais.

Para Frade (1997), é ocorrente entre os folcloristas brasileiros uma frase de sucesso: *“tudo que é Folclore é popular; porém, nem tudo que é popular, é Folclore”*. Para a autora este refrão remete a dois pontos básicos: o entendimento do termo popular e o reconhecimento da existência de níveis distintos no interior da mesma cultura. Lembra ainda que a palavra popular pode significar ‘o que pertence à maioria dos homens’.

Para Brandão a cultura popular é uma criação pessoal, é algo que alguém fez, em um dia, em algum lugar. Mas a sua reprodução ao longo do tempo tende a ser coletivizada, e a autoria cai no chamado domínio público (BRANDÃO, 1994).

Conforme afirma Megale (2003, p.13), *“toda a sociedade participa da criação e manutenção do folclore, considerado por muitos como a história não escrita de um povo, pois ele resume as tradições e esperanças das coletividades”*.

De um ponto de vista rigoroso, a cultura popular pode ser considerada como as toadas, cantos, lendas, mitos, altos populares, mitos e saberes que, no correr de sua própria reprodução de pessoa a pessoa, de geração a geração, foram incorporadas ao modo de vida e ao repertório coletivo da cultura de uma determinada comunidade: pescadores, camponeses, lavradores, bóias-frias, gente da periferia da cidade¹⁰ (BRANDÃO e TEIXEIRA, 2000).

Quanto às manifestações populares, elas podem ser divididas em quatro formas de apresentação: oral, escrita, gestual e plástica, que são detalhadas por Frade (1997):

- Apresentação oral: anedotas, provérbios, contos, cantorias;
- Apresentação escrita: literatura de cordel, pasquins, dísticos de caminhão, latrinária e outros;
- Apresentação gestual: mamulengo, bamba-meu-boi, malhação de Judas etc.
- Apresentação plástica: ex-votos, cerâmica, carrancas e artesanato em geral.

¹⁰ BRANDÃO, Thadeu; TEIXEIRA. Francisco Martins. **Cultura popular e atividade turística**. 2000. Disponível em www.historiaecultura.pro.br Acessado em 22 de dezembro de 2006.

De alguma forma, as definições de folclore e manifestações populares têm nelas algo de comum: ambas são manifestações culturais que representam algo do passado, que readaptadas ou não, trazem consigo um conceito de tradição.

Uma das características mais críticas da cultura popular é a tradicionalidade. É uma forma de resistir a padrões equivalentes, modernos e que podem ser incorporados à força como instrumentos de dominação através da destruição de valores próprios da cultura (BRANDÃO e TEIXEIRA, 2000).

Para Giddens, a idéia de que tradição é impermeável às mudanças é um mito. *“As tradições evoluem ao longo do tempo, mas podem também ser alteradas ou transformadas de maneira bastante repentina. Se posso me expressar assim, elas são inventadas e reinventadas”* (GIDDENS, apud DIAS, 2003, p. 107). Na tradição, o folclore é conhecido e vivido por uma comunidade, com datas para execução desta ou daquela manifestação.

O folclore é a mais pura expressão das crenças, dos fatos e do convívio social e constitui uma “realidade social” (FERNANDES, 2003, p. 28). Pode-se considerar que o folclore é o estudo do cotidiano do homem, de seus fazeres e credences estendidos e perpetuados ao longo do tempo, sendo adaptados (ou não) por gerações que herdaram o legado folclórico. Um legado que pode ser vivenciado pela comunidade local e por outras, neste caso, visitantes turistas, que apreciam o folclore como atração turística.

Na concepção de Megale (2003) as origens do folclore brasileiro prendem-se a formação de seu povo que a partir de três elementos básicos – o índio, o branco e o negro – que aqui no país se misturaram e fundiram numa só as diferentes culturas. E para compreender melhor esta mistura e seu resultado é importante analisar o Quadro 4:

Quadro 4: As manifestações de origem indígena, portuguesa e africana.

Origem	Manifestações	Exemplos
INDÍGENA	Fábulas e contos cujos heróis são bichos de nossas matas:	A onça, o jabuti, a raposa, o urubu etc.
	Vários mitos e lendas	O Boitatá, o Curupira, o Saci-pererê, a Iara, a criação da noite etc.
	Influências nos hábitos como	o dormir em rede, tomar banhos freqüentes e na alimentação
	Danças rituais com figuras mascaradas e instrumentos característicos	Buzinas, chocalhos, maracás.
PORTUGUESA	Contos populares da literatura universal que adaptaram-se ao novo ambiente e adquiriram o colorido da terra	Pedro Malasartes, A Gata Borralheira, A Fada, o Chapeuzinho Vermelho, etc.
	As festas e folguedos, na maioria de cunho religioso	Reisados, ternos, ranchos, pastoris, cheganças, bandeiras de santo, coroação do divino, Bumba-meu-boi.
	Devoções populares	Festejos de maio, festas juninas e natalinas
	Música	Autos religiosos, danças, carnaval.
	Artesanato	Rendas, bordados, pinturas, ex-votos
AFRICANA	Tendências de misturar crenças religiosas, rituais característicos.	Candomblé, macumba, umbanda.
	Cultos a divindades africanas identificadas nos santos da religião católica	Iemanjá, Ogum, Oxalá, Iansã, outros.
	Músicas	Batuque, samba e instrumentos típicos da percussão
	Alimentação	Condimentos, vatapá, acarajé, curucu, cocada, quindim, bebidas e temperos..

Fonte: Elaboração da autora a partir de Megale (2003, p. 25).

Pode-se perceber, a partir do quadro acima, que o folclore brasileiro possui influências significativas em relação às suas origens históricas.

Para Megale (2003), o folclore abrange um campo muito vasto, e portanto, pode ser dividido em vários setores, que por sua vez, tal divisão não significa separação ou isolamento das formas, que na vida real, estão intimamente entrelaçadas.

Existem muitas maneiras de classificar o folclore brasileiro, pois são diversas as manifestações e fatos folclóricos e muitos os autores estudiosos do folclore, porém, aqui neste estudo será adotada a classificação de Megale (2003, p. 21-23):

O folclore então, abarca as divisões de:

- Sabedoria popular: são as diversas manifestações de origem do povo, como a época de plantio de determinadas plantas;
- Artes folclóricas, que podem ser: na linguagem e na literatura, no teatro; na música, nas artes plásticas e na dança;
- Manifestações de religiosidade: As formas rituais de cultuar os santos e afastar os espíritos maléficos, além de praticas diversas (festas religiosas, candomblés, etc.), os mitos, lendas, credices, supertições, benzeções, mau-olhado, tabus, etc.
- Ofícios e técnicas: manifestações relativas a várias profissões e ao sistema de produção, troca e transformação dos produtos, como os modos de cultivar a roça, técnicas artesanais de tapeçaria, bordados etc.
- Alimentação: Comidas e temperos típicos, como o vatapá, o acarajé, a feijoada, etc.
- Traje: roupas típicas da região ou de determinada profissão ou festa, como Xiripaia gaúcha, roupas das baianas, etc.
- Direção do lar: Modo de construir as casas (palafitas, etc) e o mobiliário, como panelas e amassadeiras.
- Vida social: modo de se relacionar com as pessoas, relações de parentesco, maneira de receber as pessoas em casa, festas de casamento, batizados, etc.

Assim, fica clara a compreensão da dificuldade de se identificar toda a diversidade cultural brasileira, que abarca uma diversidade de manifestações em todo o território, pois, cada comunidade, cada cidadezinha possui sua história, suas lendas e mitos, seu tempero. Muitas destas manifestações folclóricas possuem grande apelo para a preservação e um poder considerável para correta utilização pelo turismo.

3.4 Folclore e turismo

É possível considerar que com a globalização, a cultura pode ou não ser homogeneizada, e pode ter suas diferenças ressaltadas. Na atividade do turismo, a diversidade cultural peculiar de cada localidade tem o poder de atrair visitantes, que na maioria das vezes são pessoas que buscam o inusitado.

De acordo com Dias (2003), no atual contexto de crescimento do turismo, os grupos folclóricos situam-se entre as mais importantes manifestações culturais, oferecendo uma diversidade apreciada pelos viajantes que buscam conhecer hábitos e costumes diferentes dos seus.

O turista procura atrativos que não estão integrados no seu trivial: procura o exótico, numa situação que em antropologia cultural se denomina a alteridade – a busca de assuntos do ‘outro’ – desde a paisagem verde que não é possível fruir da cotidiana janela do escritório, até numa coreografia de Congada, Boi-Bumbá, que também não é comum no meio ambiente artificial da cidade (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 130).

Para Megale (2003, p.135) *“folclore e turismo não só se associam, como também se integram”*. Na atração turística que é o ponto máximo responsável por despertar o interesse e a motivação do visitante, está incluído o folclore, como elemento enriquecedor, singular, mensagem permanente de comunicação e propaganda da cultura de uma localidade.

“O visitante se interessa pelo diferente de seu cotidiano e se mostra curioso em saborear pratos tradicionais, em comprar peças artesanais (de confecção tradicional-popular ou de pequenas oficinas), em comparecer em festividades movido pelo incomum de uma Congada, de uma Cavallhada, de um Boi-Bumbá, ou outras manifestações de teatro popular, ou ainda atraído por danças como o frevo, a Ciranda, o Batuque de Umbigada etc” (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 127).

Tal consideração é apontada por Luchiari (2000, p.20): *“O turismo autoriza assim um encontro com a tradição, com as raízes profundas que explicam e dão sentido ao mundo. O encantamento de tal jornada provém desta virtude de se poder romper em alguma medida com a alienação e a superficialidade do cotidiano”*.

“Reconhece-se que a relação Folclore e Turismo é uma realidade. O turismo pode atuar como divulgador do folclore e como fonte de recurso para o crescimento da economia local, o que pode significar melhora da qualidade

de vida das camadas populares. Esta relação, porém, precisa ser reavaliada no sentido de resguardar os agentes da cultura popular” (DELLA MONICA, 1999, p.27).

Recursos patrimoniais potenciais, como as tradições culturais de pequenas cidades podem ser adaptados para se transformarem em atrativos turísticos, agregando a eles serviços como hospedagem, alimentação, acessos e entretenimento. Podem permitir a possibilidade de mobilizar a memória coletiva, permitindo a valorização e a preservação das tradições locais, assim, transmitindo a outras gerações o legado de passados áureos.

“O desenvolvimento do turismo, no Brasil, fez sentir que muitas manifestações do folclore ou cultura popular podem integra-se ao elenco de ofertas diferenciadas. Um dos tipos de manifestações tradicional-populares com maior potencialidade de atração turística são os eventos intimamente ligados às raízes de largas faixas populacionais e fortemente fixadas em sentimentos e significados religiosos” (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 124).

No Brasil, muitos eventos folclóricos estão ligados às comemorações da Igreja Católica, que podem ser agrupados em ciclos, conforme sua importância e sua funcionalidade para o próprio povo, conforme mostra o Quadro 5:

Quadro 5: Ciclos Religiosos

Ciclo	Observações
Natal/Reis ou ciclo natalino	Grandes comemorações em vias públicas do Nordeste; Reisado, Pastorial, Bumba-meu-boi etc.
Carnaval	Manifestações religiosas e até locais; destaque para o Rio de Janeiro
Semana Santa/Páscoa	Solenidades em Goiás e Minas Gerais.
Divino Espírito Santo	Território nacional, com destaque para cidades do Sudeste e Centro-Oeste.
Ciclo Junino ou Joanino	Território Nacional; destaque para cidades do Norte (Boi-Bumbá, Pássaros) e Nordeste. Comum a Quadrilha e a culinária cíclica.
N. Sra. Do Rosário e S. Benedito	Especilamente Sudeste e Centro-Oeste (Congada, Moçambique, Catopé).

Fonte: Pelegrini Filho (1993, p. 126).

A presença de turistas nesses e em outros eventos pode ser analisada como fator de mudança social, a ponto de se poder considerá-la como uma realidade para as vivências tradicional-populares.

Para Pelegrini Filho,

“Preservar um fato cultural vivo (como o Macaratu ou a Congada) do que um artefato material. (...). O fato folclórico, inserido na dinâmica sociocultural, naturalmente sofre modificações com o passar dos tempos; entretanto, são modificações provenientes do próprio grupo que mantém” (PELEGRINI FILHO, 1993, p. 130).

Porém, é importante compreender que a interação folclore e turismo, quando bem conduzida, pode levar a uma revitalização das práticas tradicionais da comunidade, oportunizando um processo de renascimento das atividades culturais voltadas para o turista, *“mas mantendo uma funcionalidade local mais fortemente associada a construção de uma identidade”* (DIAS, 2003, p. 121).

Dias (2003) ressalta ainda a importância do planejamento de ações de forma participativa, no qual os atores sociais que integram as manifestações folclóricas participam das decisões no estabelecimento de limites daquilo que deve ser mudado, reinterpretado ou incorporado.

Neste contexto, vale ressaltar que o elo patrimônio folclórico e turismo, pode ser gerador de riqueza para ambos. De um lado o folclore é potencial de atratividade turística, e assim agrega valores à experiência do turista. De outro, o turismo, que pode gerar força de preservação das manifestações folclóricas, seja a partir da reinterpretação de uma manifestação ou mesmo a partir de mudanças consideradas aceitáveis.

Dos dois lados analisados, é possível ater que a interação folclore e turismo é interessante para diversas culturas, porém, sem esquecer que o alicerce de sucesso pode estar nos estudos e no planejamento participativo.

3.4.1 A educação patrimonial e o turismo

A etimologia da palavra educação provém de dois vocábulos latinos, *educare* e *educere*, e significa o *“processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”* (FERREIRA, 1993, p. 197).

A educação é a chave para o desenvolvimento das sociedades, da consciência analítica e da visão sistêmica que advém da troca de conhecimentos e experiências da vida social. *“O processo de formação humana pressupõe o desenvolvimento do indivíduo como particularidade e como generalidade, ou seja, como ser social e individual que possibilita desenvolver e apropriar-se do seu ser de forma global, de todos os seus sentidos e potencialidades como fonte de gozo e realização”* (RAMOS, 2002).

O processo de Educação Patrimonial começa no ambiente escolar com o envolvimento de toda uma comunidade para possibilitar o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação do patrimônio cultural e natural. Paulo Freire com grande propriedade expõe que *“a criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural”* (FREIRE apud QUEIROZ, 2007).

É através da educação patrimonial que se estabelece o reconhecimento e o significado do seu lugar e da sua história, sendo um dos meios para se trabalhar o turismo sustentável, respeitando o espaço, as relações sociais, o ambiente natural e cultural e estabelecer o uso deste patrimônio como um produto que deve ser valorizado e preservado.

Casco (2006) reporta os caminhos a serem seguidos na educação patrimonial:

- Valorizar a diversidade da base social na qual o patrimônio é constituído e reconhecido;
- Reconhecer, preservar e difundir as referências culturais brasileiras em sua heterogeneidade e complexidade e considerando os valores singulares, sentidos atribuídos e modos de transmissão elaborados pela sociedade;
- Permitir o acesso de todos aos direitos e benefícios gerados por uma política compartilhada e participativa de preservação do patrimônio cultural;
- Promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural;
- Valorizar os acervos documentais como fonte de conhecimento para o desenvolvimento das ações de preservação;
- Atualizar e desenvolver em parceria com a sociedade, as políticas, mecanismos e procedimentos de preservação do patrimônio cultural com vistas a democratizar e ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural do país;
- Promover e estimular a transmissão do patrimônio cultural e da memória social às gerações futuras.

Permitir o acesso ao conhecimento às gerações futuras é possibilitar o seu próprio reconhecimento como ser e do seu local de viver. A relação da educação patrimonial e o turismo é de integração nesta trajetória de desenvolvimento histórico. Isto porque, o turismo é uma atividade que possibilita a troca de experiências e ganhos de conhecimento no espaço geográfico. Contudo, a sustentabilidade deve ser prioridade nesta relação, pois é preciso aprender a conhecer e respeitar o passado e a resgatar a memória individual e coletiva, compreendendo que a cultura passa por processos de transformação e de continuidade, devendo ser preservada. É neste ponto que se explica o significado das coisas, das formas de viver e fazer, e da própria evolução humana (LIMA, 2006).

Neste contexto, a administração pública, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo percebeu a necessidade de elaborar um projeto voltado para atender à temática do patrimônio cultural, utilizando a educação patrimonial como ferramenta de envolvimento e mobilização da comunidade. Desta forma, foi concebido o Projeto: “Um Olhar Sobre o Patrimônio”, (triênio 2006/2008), que na primeira fase, compreendeu um estudo sobre o significado e a relação do patrimônio com o município, sensibilizando a comunidade para a valorização e preservação de sua diversidade cultural e natural no intuito de fortalecer sua identidade cultural.

O trabalho foi idealizado e implementado apresentando uma abordagem qualitativa como forma de salvaguardar as diversas técnicas, o “saber fazer” que dá origem aos bens culturais, estes que são a base da formação cultural dos povos e nações, como a gastronomia, o artesanato, as tradições religiosas, a arquitetura, as danças típicas, a música e a cultura em geral.¹¹

Grande parte deste conhecimento tem se perdido em virtude de mudanças culturais e da inserção de novas tecnologias, sendo, portanto, o momento para se repensar em uma transformação capaz de oferecer sustentabilidade da própria identidade cultural no município de Maripá de Minas.

Enfim, demonstra este projeto, a importância da atuação da administração municipal na elaboração e coordenação de ações dentro de uma gestão pública participativa, em que a atividade turística representa uma importante ferramenta para o processo de preservação e desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade. O presente trabalho não esgotou ainda os assuntos tratados, tendo em vista que até o momento presente, o projeto apresenta resultados parciais, sendo sua primeira fase de execução (2006), procurando

¹¹ Este projeto foi implantado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura com recursos da Prefeitura de Maripá de Minas, estando atualmente em sua 2ª fase (com o tema “Memória, conhecimento e identidade”) e a 1ª fase (“Um Olhar sobre o Patrimônio) estaremos abordando ao longo desta dissertação.

aprimorar o conhecimento e a mobilização para complementar e atender de maneira eficaz, os dois anos que ainda se seguem da implantação do projeto.

4 O MUNICÍPIO DE MARIPÁ DE MINAS

4.1 Maripá de Minas, breve histórico

Durante o século XVIII, pela falta de riquezas minerais e pelo difícil acesso à Zona da Mata Mineira, houve desinteresse por parte da Coroa Portuguesa em se povoar esta região, se não bastassem essas dificuldades, a Coroa Portuguesa queria evitar abrir novos caminhos, o que poderia acarretar o contrabando ainda maior de pedras preciosas. Com a escassez de pedras preciosas, tendo que procurar outras formas de riquezas e dar outras opções de vida as pessoas que ficaram sem trabalho é que se foi povoar essa região, a principio as famílias tomaram posse das terras desordenadamente, que teve como consequência a criação de propriedades pequenas, não demorou muito a Coroa Portuguesa implantou na região o processo de distribuição de terras denominado sesmarias, para assentar as famílias na região, que no principio visava como fonte de renda as lavouras de subsistência. Porém, os fazendeiros da região tiveram como proposta de lucratividade, o cultivo do café, sistema já implantado em outras regiões do Brasil, com grande sucesso. Na segunda metade do século XIX o café se adaptou com grande êxito em solos mineiros, com isso, rapidamente a região se viu dominada por lavouras de café, tal atraso evolutivo teve como consequência o empobrecimento cultural em se comparado às regiões povoadas no século passado. Nesse sentido podemos observar que poucas edificações possuem características de riquezas e tendências do Brasil Colônia, retratando assim as cidades mineiras dessa região, com traços simples, mas porem acolhedores, típico dessa região mineira. Tal fato, por questões técnicas, faz com que os bens sejam inventariados ora isoladamente, ora em conjunto de acordo com suas particularidades (SCHMIDT, 2005).

A presença oficial de colonizadores nas terras maripaenses tem seu início em 1818 quando da concessão de sesmaria no chamado sertão do Rio Novo, a Feliciano Francisca Dias esposa de Domingos Antonio de Oliveira. Por esse tempo, as terras do atual Maripá de Minas

(denominada então Arraial do Córrego do Meio), faziam parte da comarca do Rio das Mortes, subordinadas à vila de Barbacena¹².

Quando São João Nepomuceno passou à condição de freguesia e vila, as terras do Córrego do Meio a ela ficaram incorporadas. Assim, no território da então vila de São João Nepomuceno, em 1850, criou-se o arraial, em um alqueire e meio de terras doadas ao patrimônio para a construção de uma capela, por Domingos Antonio de Oliveira proprietário da fazenda Córrego do Meio.

No ano seguinte, em 1851, houve o desmembramento do distrito Mar de Espanha. O distrito do Espírito Santo Mar de Espanha, posteriormente passou a chamar-se Guarará, ficando agregado à vila do Mar de Espanha e com ele, o arraial do Córrego do Meio. O distrito e paróquia, com o nome de Maripá, no povoado do Córrego do Meio, no município de Mar de Espanha, foi criado pelo decreto nº 42 de 1890.

Neste mesmo ano, no dia 05 de dezembro, a vila do Guarará emancipa-se de Mar de Espanha. Maripá, juntamente com Bicas, Santa Helena e Forquilha, passaram a compor o território da nova vila do Espírito Santo do Guarará.

Logo em seguida, em 1891, ocorre a instalação do distrito de Maripá e em 30 de dezembro de 1962, o distrito se emancipa e passa a chamar-se Maripá de Minas, pela lei nº. 2764. Finalmente, em 1º de março de 1963, ocorre a sua instalação definitiva.

Uma das prováveis origens do nome Maripá de Minas é indígena e significa pouso das coisas.

Uma outra explicação é de que o nome Maripá significaria, em linguagem indígena *ma-rupaba*. o pouso das coisas ou o aparador *Ma-rupaba* seria por sua vez. formada por *ma-mbae* que se traduz "*coisa ou objeto*" e *upaba* ou *rupaba*, cuja definição seria *lugar ou tempo e modo de estar deixado*.

Outra versão surgiu através de jornal da cidade segundo a qual o nome Maripá significaria ainda na linguagem indígena "*rufar dos tambores*".

Na realidade, até o momento não se conseguiu documentar as razões que determinaram a escolha do nome Maripá em substituição ao de Córrego do Meio e nem mesmo o significado exato que se pretendeu dar a este nome.

Dessas dúvidas surgiu então a idéia de que o nome pudesse ser uma corruptela do nome da planta marupá, talvez por influência da pronúncia de algum imigrante francês,

¹² A partir deste parágrafo o histórico de Maripá de Minas é baseado em Rodrigues (2003) e no Plano de Inventário (2006) da Prefeitura Municipal de Maripá de Minas.

italiano ou outro qualquer. Até porque a grafia atual já era uma variação do que na língua indígena seria "ma-rupaba".

Mas, a melhor explicação para a origem do nome de Maripá talvez seja ainda outra, Nelson de Senna quando fala dos principais povos selvagens que tiveram o seu habitat em território mineiro refere-se a uma tribo de nome "MARIPAQUÉRES que habitou a região da Mantiqueira e do vale do Paraíba do Sul, entre os territórios mineiro e fluminense". Com estas indicações pode-se concluir que tais índios viveram por aqui. E sendo isto uma verdade não é descartável a hipótese de MARIPÁ ser o pouso ou morada dos índios MARIPAQUÉRES o que modificaria toda essa história.

Finalmente, o jornal O Regional, de fevereiro e março de 1989 acrescentou que o complemento "de Minas" teria sido necessário por que havia uma outra cidade com a mesma denominação na região de Foz do Iguaçu - PR.

4.1.1 Aspectos gerais

O município de Maripá de Minas está situado na Região da Zona da Mata Mineira (vide Anexo 1). Possui uma área de 87km². Está a 315 km de distância da capital mineira, Belo Horizonte. A BR que serve o município é a 267. Apresenta uma população urbana de 1871 habitantes e uma rural de 723, segundo o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000.

Os municípios limítrofes a Maripá de Minas são: Argirita, Rochedo de Minas, São João Nepomuceno, Bicas, Guarará e Senador Côrtes.

O quadro natural do município caracteriza-se por um modelo topográfico denominado "Mares de Morros" de origem muito antiga e muito desgastado pelos agentes erosivos. A altitude média do município é de pouco mais de 700m acima do nível do mar.

Quanto ao clima, pode-se classificá-lo como tropical úmido, com chuvas de verão. A vegetação é constituída de pastagens resultantes da devastação da mata tropical, sendo que esta só é observada em poucos espaços.

Na hidrografia, o Córrego do Meio drena as águas para o Rio Cágado e este para o Paraíba do Sul, integrante das Bacias Secundárias do Leste.

Atualmente, o município dispõe de indústrias de fabricação de roupas, esterilização, usina de reciclagem e compostagem de lixo e beneficiamento agrícola.

A população economicamente ativa do município está empregada nos setores: agropecuário 46,6%, no setor industrial 15,1%, comercial 9,1%, transporte 4,6% e 24,6% em outras demais atividades, demonstrando a necessidade de ampliar a geração de renda através do desenvolvimento de novas atividades econômicas (EMATER, 2006).

4.2 Análise do Turismo e as políticas públicas no município

Os atrativos culturais e naturais de Maripá de Minas são diversificados, apresentando grande potencial que pouco vêm sendo explorado para desenvolver a atividade turística. Este potencial poderá ser visto como uma possibilidade de contribuir para o crescimento econômico, com vistas à geração de recursos, além de promover o desenvolvimento social no que tange às melhorias nas condições de vida para a população maripaense.

Quanto aos aspectos naturais foram classificados por hidrografia, topografia, paisagem, clima e vegetação. Na hidrografia, apresenta uma cachoeira próxima à comunidade dos Cafés, conhecida como Cachoeira de São Francisco, que possui uma infra-estrutura simples, com lanchonete e entretenimento, aberta nos fins de semana e feriados.

Outra cachoeira muito conhecida no município é a cachoeira da Forquilha, que em outras épocas tinha seu volume de água apreciado pela população local e visitantes que realizavam muitos piqueniques, com fins de entretenimento e lazer. Atualmente, em função dos desmatamentos o volume de água desta cachoeira veio a diminuir com intensidade, sendo hoje, pouco atrativa. Existem outras cachoeiras, que não são utilizadas, haja vista que a água não é propícia para banho, além de se encontrarem localizadas em propriedades particulares.

Com relação ao aspecto topográfico pode-se citar o Pico de Pedra da Serra do Café, ponto mais alto do município, a 11km do centro de Maripá, possuindo um mirante, com vista exuberante da região – onde se avista os municípios de São João Nepomuceno, Rochedo de Minas, Bicas e Guarará, considerada uma das paisagens mais representativas do município, tombado como sítio natural pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Maripá de Minas.

Outra paisagem que pode ser citada é o núcleo urbano de Maripá de Minas por caracterizar uma ambiência típica mineira em busca de um desenvolvimento, que demonstra intervenções sofridas ao longo do tempo no que se refere à arquitetura do período colonial.

Contudo, ainda encontram-se preservados os costumes, a missa aos domingos na Igreja Matriz de São Sebastião e posteriormente as conversas nos bancos da Praça ao redor do coreto. Ou seja, a vida social se mantém nas condições do passado sendo transmitidas de geração em gerações.

O Clima do município é um outro atrativo que pode ser aproveitado para se transformar em produto turístico. O inverno apresenta dias bem frios, podendo ser aproveitado para a realização de um festival de inverno. Especialmente na mudança da estação do outono para o inverno, tem como marco a abertura da Exposição Agropecuária, evento este um dos mais significativos do calendário de eventos do município, sendo a primeira deste gênero realizada na região.

Por fim, no que se refere ao aspecto da vegetação, há no município algumas pessoas que cultivam plantas, especificamente orquídeas em áreas pequenas e particulares, podendo assim, através de um projeto difundir a técnica do plantio para outros que estejam interessados no cultivo.

O município possui dois Monumentos, um obelisco localizado na Praça Reto Júnior, centro da cidade, que foi construído na passagem de 1999 para o ano 2000, caracterizando e comemorando a virada do milênio, onde foram colocadas mensagens de paz e harmonia por moradores para seus familiares e amigos para serem lidas em 2050. E o Busto do Coronel Bertholdo Machado localizado na Praça de São Sebastião, também no centro da cidade, inaugurado em 1983, em comemoração ao seu centenário de nascimento, que se deu em 12/04/1883, vindo a falecer em 16/07/1965. Coronel Bertholdo se destacou como um dos políticos mais prestigiados da região, sendo prefeito de Guarará, grande comerciante e teve também uma empresa sediada em Bicas, que era uma das maiores comercializadoras de café e madeira, grande produtor de leite da região, proprietário de várias fazendas, como a de Santana em Argirita e a de Santa Maria em Maripá divisa com Guarará.

Em relação à gastronomia, a comida predominante é a da cozinha mineira com pratos como frango com quiabo, ao molho pardo, angú à mineira, couve, canjiquinha com costelinha, torresmo, leitão a pururuca, lombo com tutu, entre outras especialidades. Apresenta em destaque na cidade produtos como doces cristalizados e em calda, feito de frutas da estação, além do doce de leite que é tradicional na cozinha mineira. Outros produtos caseiros são os licores que são produzidos com frutas colhidas no local e cachaça feita artesanalmente no próprio município. É também produzido no município o Queijo Minas Frescal por produtores que possuem propriedades rurais e que têm por finalidade consumo próprio e comercialização.

Outra especialidade que pode ser encontrada é o biscoito frito que é feito pelas senhoras e antigamente levado para lanche durante as viagens a Juiz de Fora, principalmente pelas moças que estudavam no Colégio Interno Santa Catarina, dentre outras localidades.

Quanto aos eventos, Maripá de Minas possui uma tradição de ser uma cidade “festeira” pela sua própria população, ocorrendo vários eventos ao longo do ano. Dentre os eventos mais consagrados temos: em Janeiro, a Festa do Padroeiro de São Sebastião, no dia 20, porém durante todo o mês, até esta data, são realizados bingos, missas, finalizando com uma procissão, queima de fogos em frente à Igreja Matriz de São Sebastião e leilão de gado e prendas doadas pela comunidade. Logo depois vem o carnaval, com o desfile do Boi Laranja e das Mulinhas, folclore característico do município iniciado em 1920 e perpetuado pela comunidade (tradição do Bumba-Meu-Boi), além da Escola de Samba Unidos de Maripá que foi resgatada em 2005. Bem próximo deste evento, há a comemoração do aniversário de emancipação do município no dia 1º de março, com a tradicional distribuição de bolo, culto em ação de graças e show com banda para a população no centro da cidade. Na Semana Santa há a encenação da Paixão e Morte de Cristo, além de missas e procissões pelas ruas da cidade. No final do mês de abril acontece a Exposição Agropecuária no Parque de Exposições Leacir Otaviano de Souza, estando já na 28ª edição, apresentando concurso leiteiro, exposição de animais exóticos, shows com bandas locais, regionais e de caráter nacional. Há no mês de junho a tradicional Festa Junina da Escola Municipal Antônio Ferreira Martins, com quadrilhas, barraquinhas e comidas típicas, bingos e show com banda de música. Em setembro ocorre a Semana da Cidadania, evento que já está em sua décima edição, que reúne toda a rede educacional do município na discussão e sensibilização da comunidade sobre temas a respeito de cidadania, compreendendo uma semana de atividades sócio-culturais realizadas na Associação Recreativa Maripaense. Em outubro acontece a comemoração ao dia de Nossa Senhora Aparecida, com missa em ação de graças na Capela de Nossa Senhora Aparecida no Bairro Bertholdo Machado, procissão, carreata pelas ruas da cidade, bingos e queima de fogos.

Esses atrativos são elementos determinantes para desenvolver o turismo, provocando o estímulo, a motivação no público potencial, futuros turistas e visitantes, possibilitando o deslocamento destas pessoas do seu lugar de origem para a localidade de Maripá de Minas.

Todavia, essa demanda turística quer visitar localidades que possibilitem boas condições de acessos, de infra-estrutura, de equipamentos e serviços turísticos locais para que permaneça no núcleo receptor, sendo importante a comunidade estar sensibilizada para a

valorização do seu patrimônio cultural e natural que se constituem matéria-prima para o desenvolvimento da atividade turística. O Município apresenta um único meio de hospedagem, localizado às margens da BR-267, com um número reduzido de UHs (unidade habitacional).

Em virtude do município não apresentar uma oferta diferencial natural significativa, torna-se necessário alto investimento para a transformação do potencial em produto turístico, haja vista que a cidade apresenta propriedades rurais privadas, as quais, os proprietários aplicam seus recursos na agropecuária e na agricultura tradicional, muitas vezes não percebendo, ou não dando credibilidade na utilização do espaço para outros fins, como o turístico. Em função destas características naturais, aparentemente pouco promissoras para o turismo, surge assim, o aspecto cultural como um nicho a ser explorado para o desenvolvimento da atividade turística.

Com base nesta perspectiva o poder público municipal criou um programa de educação patrimonial lançando o projeto “Um Olhar sobre o Patrimônio” para sensibilizar a comunidade sobre a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural e natural local, com o intuito de fortalecer a identidade cultural e posteriormente desenvolver uma política voltada para o turismo, na qual a base será o patrimônio cultural.

O município apresenta a Lei 434/2001 que dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Maripá de Minas, regulamentando seu regimento e a proteção do patrimônio local.

Com relação ao turismo, o município compõe o Circuito Turístico Recanto dos Barões, sendo uma diretriz do governo federal estando como uma das metas do Plano Nacional do Turismo (2003/2007), sendo composto pelos seguintes municípios: Bicas, Maripá de Minas, Mar de Espanha, Chiador, Guarará, Pequeri, Senador Côrtes, Chácara e Rochedo de Minas. Tal Circuito obteve sua certificação em março de 2006.

Ainda não há uma política municipal direcionada para a área turística, apenas algumas metas do plano de governo, como resgate e revitalização de alguns eventos tradicionais, que já vêm sendo implementadas, resgate da Escola de Samba Unidos de Maripá em 2005, do evento do Maripaense Ausente em 2006, identificação de uma imagem turística para o município, que foi identificada, sendo agora trabalhada sua sensibilização, criação do empório mineiro, criação de um museu, um anfiteatro, dentre outras atividades.

4.2.1 O projeto: Um olhar sobre o patrimônio

O projeto “Um Olhar sobre o Patrimônio”, tem como objetivos específicos promover a responsabilidade social na construção e preservação do patrimônio cultural e natural, identificar e valorizar os símbolos, as tradições da cultura popular, democratizando o conhecimento e promovendo a educação patrimonial.

A pesquisa realizada através do projeto “Um Olhar sobre o Patrimônio” vem possibilitando a conscientização da comunidade sobre o significado e importância do patrimônio natural e cultural do município de Maripá de Minas - MG, como instrumento de fortalecimento da identidade cultural e do sentido de cidadania.

A partir da experiência adquirida com os profissionais da área educacional promoveu assim, conhecimentos transversais aos discentes das escolas públicas, enriquecendo os conteúdos adquiridos na aprendizagem, além da sensibilização com a problemática da necessidade de valorização e preservação do patrimônio como símbolo de reconhecimento individual e coletivo.

O projeto foi desenvolvido a partir da observação direta da equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo percebendo a necessidade do despertar da comunidade para a identificação cultural de suas manifestações populares e para a criação de um produto turístico capaz de criar uma imagem própria e singular no município. Preliminarmente, foram iniciadas reuniões entre as equipes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural através de uma pesquisa realizada para definir a logomarca de representação do projeto já com os objetivos estabelecidos.

Sendo assim, iniciou um trabalho de pesquisas bibliográficas através de estudos das tradições populares, sendo escolhido um símbolo retirado do carnaval do município que apresenta uma figura folclórica - o folguedo do Boi Laranja, originado da tradição do bumba-meu-boi trazida pelos portugueses, sendo a introdução desta manifestação no município em 1920. O boi recebe este nome por ser confeccionado por um tecido de chitão laranja, sendo acompanhado pelas mulinhas durante as quatro noites de carnaval.¹³

A etapa seguinte do projeto caracterizou-se pela formação de equipes da Secretaria Municipal para realizar reuniões definindo um cronograma de assuntos a serem tratados com a equipe pedagógica incluindo a direção e o corpo docente das Escolas

¹³ A data de 1920, da introdução da manifestação do Boi Laranja em Maripá de Minas foi obtida junto a moradores em pesquisa realizada pela autora.

Municipais Antônio Ferreira Martins, Professora Hilda Lobão Rezende e Escola Estadual de Ensino Médio, representando toda a rede educacional do município. Na primeira reunião, foram apresentadas as bases conceituais que fundamentam o projeto “Um Olhar sobre o Patrimônio”, como a evolução do conceito e significado da palavra patrimônio através dos tempos, sua importância e a necessidade de preservação para o fortalecimento de uma identidade cultural local.

A segunda reunião realizou-se com o corpo docente para definir os subtemas a serem desenvolvidos no projeto cultural. Estabeleceu assim, para cada série: educação infantil, ensino fundamental e médio com seus respectivos professores, que no decorrer da execução do trabalho elaboraram estratégias e implementaram ações para o estímulo e otimização didática do conteúdo de educação patrimonial.

O objetivo principal foi de sensibilizar os alunos e a comunidade através das pesquisas qualitativas, entrevistas dos próprios alunos com seus familiares para perceber o conhecimento da comunidade, independente da classe socioeconômica sobre o significado do patrimônio cultural e natural. Os alunos entrevistaram pais, tios, avós, entre outros sobre o conceito de patrimônio, e traziam as respostas para às escolas sobre a pesquisa realizada, com fins de possibilitar que os próprios alunos criem seus conceitos a partir de análise dos resultados obtidos.

O procedimento metodológico aplicado prevê a escolha de temas que serão desenvolvidos no período de cada ano letivo, compreendendo a proposta do projeto de educação patrimonial durante um triênio (2006/2008).

Em reunião no mês de fevereiro, que foi realizada com os professores e equipe pedagógica das escolas municipais e estadual, foram estabelecidos temas que na totalidade possibilitaram a compreensão do significado da palavra patrimônio no âmbito local, regional, nacional e mundial. Subdivididos no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Subtemas por período das escolas envolvidas no projeto em 2006.

Escola/Período	Tema
Escola Municipal Professora Hilda Lobão Rezende	
Educação Infantil	
(1º e 2º período)	Carnaval
(1º e 2º período)	Contos / Fábulas
Escola Municipal Antônio Ferreira Martins	
Ensino Fundamental	
(3º período)	Cantigas de Roda / Parlendas
1ª série	Comidas Típicas Regionais
2ª série	Diversidade Musical / Ritmica
3ª série	Cultura Indígena
4ª série	Patrimônio Local
5ª série	Patrimônio Nacional
6ª série	Literatura / Música Clássica
7ª série	Museus / Legado Filosófico
8ª série	Patrimônio Mundial / 7 Maravilhas
Escola Estadual de Ensino Médio	
Ensino Médio	
(1º ano)	Museu M. Procópio / Igreja N.S. Rosário
(2º ano)	Arte Regional
(3º ano)	Patrimônio Natural Regional

Fonte: Elaborado pela autora, 2006.

Cada equipe de professores elaborou um subprojeto referente ao seu tema, tendo autonomia para direcionar suas estratégias e propor as reflexões necessárias dos assuntos tratados por cada subtema, demonstrando a abrangência do conceito de patrimônio, e enfatizando nossa responsabilidade em estar perpetuando e preservando os bens culturais e naturais, nós seres humanos, protagonistas de nossa história. Os subprojetos foram entregues no mês de abril de 2006, analisados pela turismóloga e equipe pedagógica que foram ou não aprovados.

No dia 05 de agosto foi realizado o “I Simpósio de Sensibilização Temática” com o tema: Um Olhar sobre o Patrimônio; voltado aos profissionais ligados a educação, contemplando dos diretores, professores aos funcionários de serviços gerais, que tiveram a oportunidade de expor seus projetos, idéias, compartilhando suas estratégias de trabalho. A proposta deste simpósio objetivou trocar experiências adquiridas nas pesquisas realizadas pelo corpo docente sobre cada subtema, demonstrando o desenvolvimento das ações realizadas para sensibilizar e mobilizar a comunidade junto ao corpo discente.

A quarta etapa constituiu-se pela execução dos projetos, na realização da II Feira Cultural, no desfile cívico temático em comemoração ao dia 07 de setembro e a programação noturna cultural na Associação Recreativa Maripaense (de 04 a 08 de setembro - 2006),

sendo realizadas palestras, apresentação de grupos de dança, peças teatrais, dentre outras atividades culturais alcançado os principais objetos da proposta.

Outro aspecto importante foi observado através da mobilização da comunidade, iniciativa privada e poder público empenhados na propagação da cultura local, formação de novos valores e resgate à materialização da memória coletiva. Com isso, possibilitou a formação de uma imagem folclórica (folgado – boi laranja) em produto turístico.

No ano de 2007, segunda fase do Projeto Um Olhar sobre o Patrimônio – focando o tema “Memória, conhecimento e identidade”¹⁴, que objetiva compreender o passado, refletir sobre o presente e criar perspectivas para o futuro sobre os diversos segmentos (subtemas) relacionados à evolução sócio-cultural da comunidade de Maripá de Minas que serão estudados e analisados ao longo do ano de 2007. Os subtemas desenvolvidos estão apresentados no Quadro 7:

Quadro 7 – Subtemas por período das escolas envolvidas no projeto em 2007 – (2ª fase).

Escola/Período	Tema
Escola Municipal Professora Hilda Lobão Rezende	
Educação Infantil	
(1º e 2º período)	Lazer, brincadeiras
(1º e 2º período)	Lazer, brincadeiras
Escola Municipal Antônio Ferreira Martins	
Ensino Fundamental	
(3º período)	Preservação dos Rios e Nascentes
1ª série	Saúde, Higiene

¹⁴ Esta 2ª fase está em andamento e não será objeto de análise neste trabalho.

2ª série	Meio Ambiente, a questão da produção e reciclagem do lixo
3ª série	Festas Populares
4ª série	Artesanato
5ª série	População: Pirâmide etária, êxodo.
6ª série	Valores sobre Cidadania Livro: Cidadão de Papel
7ª série	Idosos: Qualidade e Expectativa de Vida
8ª série	História da Educação
Escola Estadual de Ensino Médio	
Ensino Médio	
(1º ano)	História Sócio-econômica
(2º ano)	Atividades Culturais
(3º ano)	Pluralidade Religiosa, cultos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2007.

Este projeto desenvolvido pela Prefeitura de Maripá de Minas tem possibilitado ampla participação e sensibilização da comunidade a cerca do seu patrimônio, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural local e a compreensão nas dimensões: histórica, social e cultural sobre sua evolução natural.

5 O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E O TURISMO DE MARIPÁ DE MINAS: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.

A preocupação em valorizar a opinião das pessoas ligadas ao turismo e ao patrimônio de Maripá de Minas é primordial para se observar e compreender o elo existente entre o turismo e o patrimônio.

Um dos objetivos deste estudo foi conhecer a percepção dos representantes das instituições ligadas diretamente com o desenvolvimento de ações pertinentes ao patrimônio e ao turismo. A pesquisa qualitativa utilizada neste estudo teve o objetivo de investigar as manifestações culturais de Maripá de Minas, bem como as percepções e olhares da comunidade sobre o patrimônio e sua relação com o turismo.

Foram elaboradas entrevistas estruturadas, com perguntas abertas, direcionadas inicialmente aos representantes do poder público. Foram entrevistados três representantes da Prefeitura de Maripá de Minas: Maria Rita Quineipe, que atua no município como vereadora e componente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural; Douglas Ricardo

Pinto, Assessor de Planejamento e; Vinícius de Azevedo Martins, Secretário de Educação e Cultura e Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. A definição da escolha destes entrevistados justifica-se no entendimento de que os mesmos estão envolvidos diretamente na organização de ações relacionadas ao turismo e ao patrimônio da localidade estudada.

Em seguida, foram realizadas entrevistas com quinze pessoas, todas moradoras de Maripá de Minas que possuem mais de 60 anos. Esta amostra, propositadamente escolhida, se deu em função de se entender que estas pessoas têm maior envolvimento com as manifestações culturais de Maripá, tanto as manifestações desenvolvidas atualmente, quanto àquelas manifestações que não estão mais sendo desenvolvidas por algum motivo.

A partir da coleta de dados e análise das entrevistas, iniciou-se a organização dos dados que ora são apresentados, juntamente com as devidas análises sobre os seguintes aspectos:

- As manifestações culturais de Maripá de Minas;
- O boi laranja;
- As percepções da comunidade local sobre o turismo e o patrimônio.

As manifestações culturais de Maripá de Minas

Algumas cidades, às vezes, se orgulham da indústria que têm. Outras se acham importantes, porque, do ponto de vista agrícola, são grandes produtoras. Outras têm, por exemplo, riquezas naturais encantadoras. Tudo isso é, sem dúvida, motivo de orgulho para muitos municípios mineiros, mas certamente, para a maioria dos mineiros, principalmente no interior, aquilo que mais eleva sua auto-estima, o que mais desperta sua altivez são as manifestações culturais próprias.

Na investigação relacionada à existência de alguma lenda em Maripá de Minas, todos os entrevistados citaram a lenda “o caso das sete mortes”. Lenda que quando os moradores do município a ela se referem, brincam dizendo: “cuidado com Maripá”. Contam que por causa de uma rapadura, morreram sete pessoas, e ainda, os entrevistados dizem ser mesmo verdade o que aconteceu.

A entrevistada Nilza Pires¹⁵ conta que a Lenda das Sete Mortes,

¹⁵ PIRES, Nilza. Dona de casa, entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

“Aconteceu no Sítio Santo Antônio, a dois quilômetros de Maripá de Minas. Essa lenda é muito antiga, conta-se que na época da escravidão, numa fazenda de café, havia seis pessoas discutindo por causa de uma rapadura, quando chegou uma mulher que estava grávida e também entrou na discussão, daí essa discussão gerou uma briga, onde um deles arrancou uma faca e matou a mulher que estava grávida e os demais, ocasionando sete mortes. Ocorreu num vale, perto de duas moitas de bambu, onde havia uma cruz, quando meu avó comprou o sítio, Sr. Antônio Silvestre Machado. Hoje já não tem a cruz mais. A cruz simbolizava o lugar onde aconteceu o fato, mas as pessoas não foram enterradas lá. Aconteceu há muito tempo atrás, mais de cem anos, meu avô contava para meu pai que contou para mim, e hoje conto para meus filhos e netos”.

A lenda das sete mortes é assim conhecida no município. Esta lenda foi citada em depoimento por todos os entrevistados.

Em relação às pessoas de destaque como conhecedores e contadores de histórias e lendas sobre Maripá, foram citadas as seguintes pessoas:

- D. Auta Machado de Souza;
- D. Sebastiana Moutinho;
- Sr. Francisco Nascente de Azevedo (Sr. Chiquinho Bertolino);
- Sr. Hermírio de Oliveira;
- José Francisco (Kiko);
- Sr. Sinval Ferreira;
- Sebastião Brás;
- Sr. Otacílio Gonçalves (Fogueteiro).

Na opinião da moradora Nilza Pires, “hoje em dia ninguém sabe mais contar histórias, as pessoas acham bobeira, há muita influência negativa da televisão”. A partir da ressalva desta entrevistada, vale observar que as histórias e lendas de localidades como Maripá podem se perder em função do desinteresse das gerações presentes.

Na questão relacionada ao folclore de Maripá, foram citados:

- O folguedo do Boi Laranja;
- A bruxa;
- As Mulinhas.

As Mulinhas foram citadas como uma tradição antiga na cidade que, desde 1920, são referenciadas no carnaval da localidade. A bruxa, também citada por todos os entrevistados, é uma boneca de pano que também se manifesta no evento do carnaval.

O folguedo do Boi Laranja é tido como uma manifestação folclórica de Maripá. Todos os entrevistados mencionaram-no como manifestação ícone, que representa o patrimônio de Maripá e por se tratar de assunto considerado de destaque. O Boi Laranja será apresentado em um item logo em seguida.

Quando questionados sobre as manifestações e atividades populares que são desenvolvidas atualmente em Maripá, os entrevistados citaram diversas atividades e comemorações que são apresentadas no Quadro 8:

Quadro 8: Atividades Populares e Comemorações de Maripá de Minas

Atividades e Comemorações Diversas	Características
Carnaval	Evento que acontece nas ruas do centro da cidade de grande participação popular.
Festa Junina da Escola Municipal Antônio Ferreira Martins	Evento que acontecia tradicionalmente na quadra da Escola e que atualmente acontece na quadra da Associação Recreativa Maripaense, com duração de dois dias.
Exposição Agropecuária	Evento que ocorre no final do mês de abril e início do mês de maio em local próprio, o Parque de Exposições, com duração de cinco dias. Evento de grande participação popular, que envolve a comunidade local e visitantes da região. Ocorrem shows diversos, concurso leiteiro e outras atividades.
Peças teatrais	Atividades organizadas na Escola
Desfile de 7 de Setembro	Desfile cívico temático organizado pela prefeitura e pelas Escolas Antônio Ferreira Martins, Professora Hilda Lobão Rezende e Escola Estadual de Ensino Médio, com a participação do corpo docente, funcionários gerais das escolas, discentes e outros setores da prefeitura.

Semana da Cidadania	Surgiu em 1997, organizada pelo corpo docente da Escola Municipal Antônio Ferreira Martins, buscando uma sensibilização para temas que dizem respeito à construção da cidadania. Baseado no livro O Cidadão de Papel de Gilberto Dimenstein.
Aniversário da Cidade	Comemoração em virtude do aniversário de emancipação do município (1º de março de 1963), realizado no dia 1º de março.
Festa do Maripaense Ausente	É realizado um almoço na Associação Recreativa Maripaense para confraternização de maripaenses com maripaenses ausentes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2007.

Na pesquisa foram citadas muitas festas religiosas como manifestações realizadas em Maripá de Minas (vide Quadro 9), isto se deve ao fato de que muitas das atividades do calendário local são de cunho religioso, a considerar aqui que não são ocorrências apenas em Maripá de Minas, e sim no país, por ser o Brasil um dos países mais católicos do mundo.

Quadro 9: Festas religiosas de Maripá de Minas

Festas Religiosas	Características
Festa de São Sebastião – Padroeiro de Maripá de Minas	São realizadas novenas e celebrações nos três dias antes da festa (20 de janeiro). São celebrações de missas festivas sempre dedicadas a um fim: famílias, crianças, jovens, o tríduo que é a preparação para a festa. Na festa há uma homenagem às pessoas cujo nome é Sebastião, com realização de bingos, leilões de gado e show pirotécnicos.
Mês de Maio – Mês dedicado à Nossa Senhora das Graças.	Coroação de Nossa Senhora das Graças durante todo o mês de maio.
Festa do Sagrado Coração de Jesus	Coroação do Sagrado Coração de Jesus. Liturgia própria.
O terço cantado em homenagem a Santa Luzia	Iniciou em 1951 em homenagem à Santa Luzia, em virtude da cura realizada nos olhos da Sra. Clarice Passos, quando tinha dois anos. Desde então, acontece sempre no dia 13 de dezembro. Já passaram mais de dez repentistas, sendo feriado municipal na cidade.
Semana Santa	Paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, caracterizado pelo tríduo Pascal. São realizadas

	procissões, via sacra e encenação da Paixão e Morte de Jesus Cristo.
Corpus Chrtisti	Realizado em junho, quarenta dias após a Páscoa. A rua em frente à Igreja Matriz de São Sebastião é ornamentada, algumas casas enfeitam as janelas para a passagem da procissão com o Santíssimo Sacramento.
12 de Outubro – Dia de Nossa Senhora Aparecida	Realização de missa, festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida na Capela do Bairro Bertholdo Machado, com procissão pelas ruas da cidade, benção, bingos e leilões.
Natal	Montagem do presépio, realização das novenas de Natal nas residências das famílias católicas e realização da Missa do Galo no dia 24 de dezembro em preparação da chegada do menino de Jesus.

Fonte:Elaborado pela autora, 2007.

Em relação à produção de artesanato em Maripá, nos depoimentos foi encontrada a existência das seguintes técnicas produtivas:

- Bordado, ponto cruz: em biquínis, toalhas de banho e mesa, blusas, e calças.
- Crochê: toalhas de mesa, de banho, peças do vestuário feminino, colchas.
- Tricô: enxoval de bebê, peças de inverno do vestuário feminino.
- Pintura em tela e pintura em tecido.
- Tear: são produzidas peças como colchas e tapetes;
- Cestaria: técnica que utiliza entrelaçados de bambu e são confeccionados balaios e cestos utilitários;
- Culinária: produção de doces caseiros como os doces cristalizados. Em especial um tipo de doce de amendoim, conhecido como cartucho, muito apreciado e vendido na época dos festejos religiosos e juninos; além do biscoito frito com cobertura de açúcar e canela.

Em relação às manifestações culturais que não são mais desenvolvidas atualmente em Maripá os entrevistados citaram diversas atividades das quais eles participaram, algumas já não mais ocorrem há muito tempo, já outras ocorrem esporadicamente ou ocorrem de maneira diferente de como aconteciam há anos.

Na opinião de Vinícius de Azevedo Martins¹⁶, Secretário de Educação,

¹⁶ MARTINS, Vinícius de Azevedo. Secretário de Educação e Cultura e Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Maripá de Minas. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

“Existem festas religiosas centenárias que foram sendo perdidas, como Santa Luzia, que não são desenvolvidas por falta de conhecimento dos mais jovens e por número reduzido de pessoas que possam organizá-las. É certo que existem outras que foram se perdendo no tempo, que não se perpetuaram por não serem representativas em nossa época, (...) Acredito também que o fato de nosso município só ter um projeto de educação patrimonial agora contribuiu muito para o esquecimento dessas atividades, pois muitos nem tem idéia do quanto elas são importantes. Acreditam ainda se tratarem de coisas ultrapassadas, antigas. Felizmente isso vem mudando, pois muitos hoje já compreendem a importância do referencial histórico para a compreensão do momento atual em que vivemos”.

Douglas Ricardo¹⁷, Assessor de Planejamento da Prefeitura, justifica o fato argumentando que as manifestações culturais não mais são desenvolvidas pela perda do interesse popular, em seu depoimento ele justifica: *“Tendo em vista o desinteresse natural da população, as festas religiosas com significativo valor cultural, foram praticamente abandonadas como festa de São Roque, Santa Luzia e Santa Terezinha além das tradicionais apresentações de folias de reis”*.

Na percepção de Auta Machado de Souza¹⁸, as pessoas não se entusiasmam mais com as atividades tradicionais como antes e *“o público diminuiu demais, o povo antigamente participava muito mais, hoje não tem a mesma frequência da comunidade”*.

Todas as pessoas que foram abordadas na pesquisa participaram de uma forma ou de outra das manifestações aqui apresentadas (vide Quadro 10) e lembram saudosas de suas experiências.

Quadro 10: Manifestações que não são mais desenvolvidas em Maripá de Minas

Manifestação	Características
Queima do Judas no sábado de aleluia	A tradição acontecia por Judas ter sido traidor de Jesus Cristo. Deixou de acontecer em virtude do falecimento das pessoas organizadoras que gostavam da tradição, daí as pessoas mais jovens não deram continuidade. Deixou de acontecer no final da década de 80. Acontecia as 9:00h da manhã, iniciava com a repicar dos sinos da Igreja, a comunidade toda participava e vinha para a rua assistir, era realmente uma festa. Neste evento eles escreviam um “pasquim” que se constituía de versos, brincadeiras que mexiam com os moradores locais. Ex: meu amigo Chiquito, por ser muito brincalhão deixo para ele meu lindo violão. (era um violão velho, caindo aos pedaços, ficava tudo na rua, pois faziam uma chácara do Judas, um boneco de pano, cheio de palha, com bombas, vestido

¹⁷ RICARDO, Douglas. Assessor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Maripá de Minas. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, dez./2006.

¹⁸ SOUZA, Auta Machado. Professora aposentada. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, dez./2006.

	<p>de terno, com chapéu, confeccionado pelo Sr. Wilson Fogueteiro, ainda vivo hoje. As pessoas roubavam das casas objetos e tudo que encontravam nos terreiros, lata de leite para fazer a chácara. Colocava uma escada e narrava o testamento das pessoas, baseado nas características delas. Na hora que acabava de queimar o Judas as pessoas pegavam seus objetos roubados que ficavam em volta. Todo mundo escondia as coisas, pois sabia que naquela noite tudo poderia ser roubado, até as roupas e calcinhas do varal. Vi muitas pregadas. Era uma festa, muito engraçado.</p> <p>Por exemplo, para mim deixaram a seguinte mensagem: “Para minha amiga D. Auta, por ser muito lelete, deixo para ela o meu ringue de telequete”.</p> <p>Tinha pessoas que não tinham espírito esportivo, ficavam bravas, achavam ruim e xingavam. (Em entrevista: Auta, 2006).</p>
Banda de Música	<p>Sempre tocava na praça, no leilão, alegrava a cidade e convidava as pessoas para sair. Hoje em dia acabou.</p> <p>Meu marido participou da banda de música, ele tocava baixo, ia sempre na Fazenda da Serra no Sr. Quintino para ensinar para eles. Houve várias gerações de músicos aqui em Maripá, não havendo interrupção, ingressavam sempre novos músicos. Realizavam festas para comprar novos instrumentos. Hoje em dia a banda é alvo de crítica, está sendo construído o coreto na pracinha, mas não tem banda mais</p> <p>Os professores da Banda foram: Sr. José Caetano de Oliveira (o primeiro e um dos mais animados), Mário Nascente de Azevedo, Antônio Nascente de Azevedo, Sr. Sinal.</p> <p>O Tairinho tocava trombone, tocava no carnaval. Quando chegava a época do carnaval começavam a ensaiar. O Cláudio (do Sr. Cornélio) e Alvir fogueteiro tocavam também. (Em entrevista: Sebastiana Moutinho¹⁹, 2007).</p>

Quadro 10: Manifestações que não são mais desenvolvidas em Maripá de Minas (cont.)

Festa de São Sebastião	<p>Na queima de fogos, a tradição do galinho que sai correndo para botar fogo no quadro para abrir a imagem de São Sebastião não está saindo mais.</p>
As tradições das Procissões da Semana da Santa	<p>Antigamente na terça feira Santa realizava a procissão do encontro com o Andor de Nosso Senhor dos Passos (Jesus Cristo na Cruz) e Nossa Senhora, trazia o púlpito da Igreja e colocavam em frente da residência da D. Quiquinha. Saía a procissão, a Nossa Senhora da Igreja (percorrendo a rua da Deni, pela esquerda da igreja) e Nosso Senhor do Antigo Salão dos Vicentinos, descendo a rua padaria, vindo pela direita da igreja (vista de frente) e se encontravam no púlpito para o padre fazer o sermão. Os homens acompanhavam o andor de Nosso Senhor e as mulheres o de Nossa Senhora, quando então se encontravam no púlpito para unir a procissão. As senhoras montavam os altares nas janelas das casas. Lembro do sermão do padre Adil que marcou muito, foi emocionante, ele gritava “vem Maria, vem encontrar com seu filho”, fazia todo mundo chorar. Era muito bonito, marcante, voz eloqüente, alta, quase que um teatro. O padre tremia falando. Terminado o sermão saía em procissão para a igreja.</p> <p>Hoje, não percebo o mesmo entusiasmo, é meio sem graça. O público diminuiu demais, o povo antigamente participava muito mais, hoje não tem a mesma frequência da comunidade. (Em entrevista: Auta, 2006).</p>
As festas do Mês de Maio	<p>Nas festas de maio, coroação de Nossa Senhora eram deslumbrantes, as mães se esmeravam nas vestimentas das virgens e dos anjos, os cantos eram belíssimos, haviam coroações durante todas as noites dos trinta dias do mês de</p>

¹⁹ MOUTINHO, Sebastiana. Funcionária pública aposentada. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

	<p>maio. Hoje, só acontece nos fins de semana (sábado e domingo). Na época, acontecia rezas do terço todas as noites com a ladainha de Nossa Senhora que era cantada acompanhada pelo órgão tocado pelo Sr. Oliveira. Hoje não se canta mais a ladainha, às vezes, quando acontece, ocorre só nos finais de semana.</p> <p>As mães das meninas convidavam pessoas para paraninfar a cerimônia, estas eram convidadas para tomar o assento em frente ao altar e contribuíam com uma <u>espórtola</u> (esmola). (Em entrevista: Auta, 2006).</p>
Festa de Santa Rita que acontecia na Fazenda da Serra (séc. XVIII)	Aconteciam leilões (renda para a santa) e missa no terreiro de café da Fazenda. Acabou, pois, uma das netas (Dalva, mãe do Quintino) faleceu em uma das festas. Aí a data ficou uma data triste para a família que não comemorou mais a festa. A dona da fazenda chamava Rita. (Em entrevista: Auta, 2006).
Coral da Igreja Batista	Iniciou em 1964, não se sabe ao certo quando terminou.
Coral do Instituto Maestro José Caetano de Oliveira.	Finalizou suas atividades em 2004.
Folia de Reis	Manifestação em que grupos de homens se uniam sempre em todos os dias 06 de janeiro e saíam para visitar as casas, cantando e tocando músicas religiosas, em homenagem aos três Reis Magos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2007.

Os entrevistados citaram as manifestações que estão gravadas na lembrança, tanto de cunho religioso, que são a maioria, quanto às manifestações diversas que possuem participação popular da comunidade de Maripá de Minas.

O boi laranja

“O Bumba-Meu-Boi é uma das mais ricas manifestações da cultura brasileira. Duas correntes de estudiosos tentam explicar-lhe o surgimento: uma diz que teria nascido de escravos e gente menos abastada, agregados de engenhos e fazendas, trabalhadores da roça e de pequenos ofícios das cidades interioranas, por volta das últimas décadas do século XVIII, sem nenhuma participação feminina, devido às circunstâncias sociais da época. Para outra corrente, estaria ligado a alguns elementos orientais e europeus do Boi-de-Canastra de Portugal, sem enredo nem declarações, mas com ação lúdica. Bumba, interjeição onomatopaica que indica estrondo de pancada ou queda (“bumba-meu-boi” significa “bate!” ou “chifra-meu boi!”), é o folguedo de maior significação estética e social do Brasil, e foi o primeiro a conquistar a simpatia dos indígenas durante a catequese. Não existe em nenhum outro lugar do mundo tal como ocorre no Brasil, salvo na África, para onde os imigrantes brasileiros o levaram”. (TIRAPELI, 2003, p.110)

O Bumba-Meu-Boi é realizado nas festas de São João, no Natal ou no Carnaval, conforme a região, envolve não apenas as pessoas que cantam, dançam e representam nos povoados e cidades pequenas, mobiliza toda a comunidade, os que brincam, os que assistem e todos os que colaboram de alguma maneira para que a festa aconteça. Conhecido como Boi-Calemba (RN), Boi-de-Mamão (SC), Boi-de-Reis (ES), Boi Pintadinho (RJ), Boi-Bumbá (PA), Boizinho (SP), dentre outros, o auto ou a dança do boi é um dos mais amplamente folguados disseminados no Brasil (BISILLIAT, 2005, p. 142). E o “Boi Laranja” é uma outra denominação do mesmo fenômeno que acontece no município de Maripá de Minas (MG).

Apesar das muitas diferenças na estrutura da representação, personagens, indumentária e música, que mudam de região para região e de grupo para grupo, o Bumba-Meu-Boi e suas variantes mantêm, quase sempre como tema central, a morte e a ressurreição do boi. Há também versões em que o boi apenas foge ou é roubado, enfim, ele é perdido pelo seu dono.

Em Maripá de Minas, a manifestação cultural originada do Bumba-Meu-Boi foi denominada Boi Laranja (vide figura 1- apêndice), tendo início por volta de 1920 e recebeu este nome em virtude de sua confecção com o tecido de chitão laranja, iniciada por Jair Moreira, conhecido como Sr. Fêgo, que posteriormente passou a ser confeccionado e perpetuado por Newton Dolavale, que transformou o este ritual em tradição folclórica no município, diferenciando-o portanto das outras manifestações.

A manifestação do Boi Laranja é mantida desde então pela comunidade, em especial pelos irmãos Adriano e Sander Oliveira.

O Boi Laranja desfila pela avenida e ruas principais da cidade durante as quatro noites de carnaval, sendo acompanhado de outra figura folclórica que são as Mulinhas (homens em cavalinhos de madeira) que protegem e seguem o boi, sendo típicas de nossa manifestação sócio-cultural local. As brincadeiras do Boi Laranja e Mulinhas consistem em tentar pegar as crianças que ficam atravessando as ruas enquanto os Bois e as Mulinhas passam ao som da bateria da Escola de Samba Unidos de Maripá de Minas.

5.3 Os olhares da comunidade local

Na pesquisa realizada com a comunidade, os entrevistados fizeram seus depoimentos em relação ao potencial e a organização do turismo na localidade. Foi investigada também a percepção da comunidade em relação ao patrimônio de Maripá de Minas.

5.3.1 O turismo em Maripá

De acordo com o que já foi citado em capítulo anterior, é fato que Maripá de Minas não possui ainda um fluxo turístico considerado importante para a economia ou para o desenvolvimento do município. Apesar de possuir um potencial turístico que lhe é peculiar, assim como em outras pequenas cidades de Minas Gerais, Maripá de Minas possui visitação de pessoas apenas de procedência regional para participa o em eventos esporádicos ou pessoas que vão até a localidade para visitar seus familiares e amigos.

Na percep o de Vinícius de Azevedo Martins²⁰, Secretário de Educa o,

“As cidades de pequeno porte como Maripá são atrativas, para aqueles que moram em grandes centros, esse   um primeiro motivo para visitá-las: a tranqüilidade que não encontramos nos grandes centros. Contudo, nossa cidade tem peculiaridades, que a tornam extremamente singular, como a paisagem local, típica de Minas Gerais, a culinária e os eventos que são realizados na cidade pelo Poder Público”.

Para Douglas Ricardo²¹, Assessor de Planejamento da Prefeitura,

“Maripá de Minas possui potencial turístico a ser classificado e explorado. Por sua localiza o geográfica e características de preserva o de mata atlântica. Pode-se afirmar que uma das vertentes turísticas inexploradas   o turismo rural e ecológico. Também as tradicionais festas religiosas e de manifesta o cultural formam o potencial turístico da cidade”.

Na opinião de Ilza da Silva Matos²², moradora de Maripá de Minas o potencial turístico da localidade está, principalmente, na realiza o dos eventos, “o evento do

²⁰ MARTINS, Vinícius de Azevedo.  dem.

²¹ RICARDO, Douglas.  dem.

²² MATOS, Ilza. Dona de casa. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

Maripaense Ausente, a Copa de Futebol que vem vários jogadores de outras cidades e se hospedam na cidade e a Exposição Agropecuária”.

Esta também é a opinião de Sebastiana Ferreira Quineipe²³ que afirma em depoimento que a cidade é tranqüila, *“possui uma produção cultural modesta, mas rica em eventos tradicionais”.*

Na opinião de Auta Machado de Souza²⁴, tida pela comunidade como pessoa de referência na cidade, os atrativos são pouco explorados, por exemplo:

“O Pico de Pedra da Serra do Café (um patrimônio natural tombado) que a partir do mirante, pode-se ter uma vista fantástica da região; a Fazenda da Serra (do século XVIII), uma antiga fazenda de café, que possuía escravos; a Fazenda Boa Esperança que apresenta um engenho de açúcar de época (...)”.

A percepção dos moradores da localidade quanto à vocação do município para o segmento do turismo rural, se dá porque no meio rural de Maripá de Minas *“possui muitos proprietários de sítios e fazendas que poderão investir neste segmento”*, está é a opinião de Maria Rita Quineipe²⁵, vereadora no município.

Esta também é uma peculiaridade da zona rural do país, que possui potencial turístico no meio rural, potencial este que vem sendo valorizado nas últimas décadas para o desenvolvimento de atividades turísticas rurais.

“No Brasil, dada a ausência de uma conceituação mais precisa do conjunto de atividades turísticas e recreativas que acontecem no meio rural, muitos consideram que a terminologia turismo rural deve ser usada apenas quando o turista efetivamente se hospeda no meio rural e participa (de forma lúdica, em geral) dos trabalhos realizados na fazenda ou sítio. Outros, que deve ser entendido como uma situação em que o turista visita fazendas e sítios onde passa o dia se entretendo, fazendo cursos em unidades agrícolas ou compras de alimentos e artesanato típicos” (SILVA, et al, 2000, p. 25).

Os efeitos do turismo no município são considerados incipientes. Na percepção da comunidade local, quando acontecem os eventos tradicionais na cidade, como o carnaval, a exposição agropecuária e os eventos religiosos de final de semana prolongados, há um fluxo de visitantes que possibilita boa atuação do comércio e capitalização dos setores produtivos e

²³ QUINEIPE, Sebastiana Ferreira. Artesã, tear. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

²⁴ SOUZA, Auta Machado. Idem.

²⁵ QUINEIPE, Maria Rita. Vereadora, membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Maripá de Minas. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

de prestação de serviço. Nestes casos, para Douglas Ricardo²⁶, *“O aumento da atividade comercial desencadeia o sucesso de outros setores, como a contratação de mão de obra temporária, aumento da comercialização de produtos manufaturados e melhoria da economia familiar”*.

Vinícius de Azevedo Martins²⁷, Secretário de Educação, pactua desta opinião e afirma que durante a realização de eventos, o comércio local lucra. Em seu depoimento o entrevistado diz que,

“Podemos dizer que esses eventos pontuais são importantíssimos para o comércio local, pois representam a oportunidade de ganhos um pouco melhores. Além disso, como a cidade tem uma atividade de confecção de roupas, muitos turistas que para cá vem, acabam adquirindo muitas mercadorias, aumentando a contratação de funcionários. Posso dizer sem medo também que o turismo em nossa cidade aumenta a auto-estima do povo, que se sente prestigiado e englobado. Em suma, o turismo pode modificar aspectos econômicos, sociais e pessoais”.

Nessa perspectiva, é possível observar que o turismo no local acontece de maneira incipiente, sendo apenas percebido um fluxo de visitantes nas épocas de eventos tradicionais locais. Na percepção dos entrevistados, os efeitos advindos do turismo, na ocasião dos eventos são, a geração de empregos esporádicos e o aumento da lucratividade do comércio e na renda relacionada às empresas prestadoras de serviços.

5.3.2 A atuação do poder público na organização do turismo e na preservação do patrimônio

Na investigação relacionada ao planejamento de ações em prol da organização do turismo e da preservação do patrimônio de Maripá de Minas, as opiniões dos entrevistados são divergentes em alguns pontos. Para algumas pessoas a atual gestão municipal está colaborando para a ampliação do turismo e para a valorização e resgate do patrimônio no município, investindo no resgate de festas tradicionais como o carnaval e em projetos relacionados ao patrimônio.

²⁶ RICARDO, Douglas. Ídem.

²⁷ MARTINS, Vinícius de Azevedo. Idem.

Para Ilza da Silva Matos²⁸, “o poder público é atuante na organização do turismo em Maripá, Resgatou a Escola de Samba Unidos de Maripá em 2005, investiu na realização do carnaval fora de época, ampliou o Parque de Exposição com a implantação de dois palcos para apresentação de shows, investiu na realização da Festa do Maripaense Ausente”.

A opinião de Nilza Pires²⁹ é diferente, a entrevistada afirma não perceber ações efetivas da iniciativa pública em prol do desenvolvimento do turismo. Esta também é a percepção de Sebastiana Moutinho³⁰, que declarou não perceber nenhuma ação neste sentido.

Porém, em relação ao resgate do patrimônio, Nilza Pires, declarou que existem diversos projetos sendo implementados pela Prefeitura, como a realização da Semana da Cidadania e o Projeto Um Olhar sobre o Patrimônio iniciado em 2005, que está fazendo um resgate cultural, sensibilizando as pessoas da comunidade quanto à importância do patrimônio de Maripá de Minas.

Maria Angelina de Azevedo Martins³¹, diz que

“De uns tempos para cá percebemos que eles começaram a valorizar essas coisas, esse patrimônio que antigamente eles não valorizavam, pois não conheciam. Percebo ações educativas para multiplicação deste conhecimento, destes bens para a comunidade, coisa que antes não era percebido”.

É importante ressaltar que posteriormente à aplicação destes questionários, em abril de 2007 o Circuito Recanto dos Barões foi contemplado com a implantação da sinalização turística (figura 2 – apêndice) que está permitindo visibilidade para o Circuito e para as futuras ações que porventura serão implementadas.

5.3.3 A utilização de manifestações culturais para a preservação do patrimônio e da memória coletiva

“Conhece-se um povo pela preservação de sua memória cultural. Um povo sem memória cultural, é um povo sem identidade. Mas, como ter identidade cultural sem a preservação de seu patrimônio que é a comprovação de sua

²⁸ MATOS, Ilza da Silva. Ídem.

²⁹ PIRES, Nilza. Ídem.

³⁰ MOUTINHO, Sebastiana. Idem.

³¹ MARTINS, Maria Angelina. Professora. Entrevista concedida a Talita Rezende. Maripá de Minas, jan./2007.

história? Parece-me impossível, torna-se condição “*sine qua nom*” a manutenção do patrimônio histórico cultural para a comprovação da memória, tal preservação não intitula apenas pela manutenção de bens móveis, também o patrimônio imaterial deve ser mantido, os registros de formas de cultura devem ser eternizados por vídeos, fotografias e outras mecanismos de registro”.

Este é o depoimento emocionado de Douglas Ricardo³², Assessor de Planejamento da Prefeitura, ele afirma que apesar de todas as ações de preservação, mais do que manter a história bem guardada e registrada é necessário que este bem seja eternizado e difundido no cotidiano das pessoas. Ou seja, é necessário manter o patrimônio em uso, em atividade, de forma que a história faça parte do dia a dia das pessoas. Assim, o cidadão torna-se um protetor natural dos bens e um divulgador da história viva.

Para Vinícius de Azevedo Martins³³, Secretário de Educação, as manifestações populares são as características de um povo. Dessa forma, conhecendo suas manifestações e a razão delas existirem, um povo pode se conhecer, perceber seus traços característicos, sua identidade.

A utilização de manifestações culturais para a preservação do patrimônio é importante, uma vez que permite o crescimento cultural do município, fortalecendo a cultura e a identidade local. Para Maria Rita Quineipe³⁴, a valorização pelo uso do patrimônio material e imaterial de uma localidade permite que as futuras gerações possam conhecer e desfrutar deste patrimônio. “*Por isso temos de incentivar a perpetuação destas manifestações culturais em nossa cidade*”.

Esta é a mesma opinião de Auta Machado de Souza³⁵, que diz: “*você saber preservar aquilo que você herdou dos seus antepassados, a maneira de ser, de viver, de agir, o respeito pelas pessoas e tradições. Essas tradições contribuem para manter a cultura, a identidade local, a digital do lugar, baseado nos valores transmitidos*”.

Os eventos tradicionais são tidos como importantes para a preservação do patrimônio das tradições culturais populares. Para Ilza da Silva Matos³⁶, “*nos eventos sempre surge o diálogo entre as pessoas, resgatando as lembranças, o passado, possibilitando entretenimento e integração*”.

³² RICARDO, Douglas. Ídem.

³³ MARTINS, Vinícius de Azevedo. Ídem.

³⁴ QUINEIPE, Maria Rita. Ídem.

³⁵ SOUZA, Auta Machado. Ídem.

³⁶ MATOS, Ilza da Silva. Ídem.

“É muito importante conservar estas manifestações para não deixar acabar”.

Opinião de Sebastiana Ferreira Quineipe³⁷.

Porém, as manifestações culturais de Maripá de Minas e os eventos tradicionais locais não são considerados atrativos para o deslocamento de visitantes, isto na percepção de alguns entrevistados. Para Douglas Ricardo³⁸, *“a maioria dos eventos são realizados com o objetivo de cumprir um calendário sem projeção de crescimento e sem a finalidade de atração turística”*, o entrevistado afirma que quando da organização do calendário anual, o foco não é a atividade turística, e sim o entretenimento da população local.

Já outros entrevistados afirmam que os eventos locais atraem visitantes porque as pessoas se interessam pela cultura de Maripá, justificando também a atratividade local por ser uma cidade hospitaleira, que possui uma comunidade que recebe os turistas mostrando a riqueza das manifestações.

A partir dos depoimentos dos entrevistados, compreende-se que a comunidade percebe o valor do patrimônio local. E ainda, percebe-se também que a manutenção dos eventos tradicionais é um meio de preservar a história e a identidade da cultura local.

5.3.4 Sugestões para a sobrevivência das manifestações culturais de Maripá de Minas

Na investigação quanto às sugestões dos entrevistados para que as manifestações culturais de Maripá de Minas não sejam esquecidas, ou seja, não se percam com o passar dos tempos, obteve-se diversas declarações importantes.

Muitas sugestões envolvem a participação efetiva da iniciativa pública. A entrevistada Auta Machado de Souza³⁹ em sua explanação, afirma que:

“É necessário mais empenho das autoridades municipais, Secretaria de Educação, dos professores, as religiões (padres, pastores, pois são líderes espirituais na comunidade) em estarem transmitindo estas informações para as crianças e jovens, para toda a comunidade, enfocando a valorização e preservação, dando continuidade, não deixando estas atividades morrerem”.

³⁷ QUINEIPE, Sebastiana Ferreira. Ídem.

³⁸ RICARDO, Douglas. Ídem.

³⁹ SOUZA, Auta Machado. Ídem.

Para alguns entrevistados a manutenção dos eventos tradicionais da localidade como o carnaval, a exposição agropecuária e os festejos religiosos, além da organização de novos eventos, permitirá maior participação da comunidade e de visitantes.

Na opinião de Ilza da Silva Matos⁴⁰, é preciso que a administração pública valorize e promova mais eventos e que *“a comunidade precisa se unir em prol da realização dos eventos e esqueça as rivalidades políticas, religiosas e outras”*.

Sugestões que podem ser consideradas muito importantes para a manutenção das manifestações culturais de Maripá de Minas se referem aos projetos que envolvem a comunidade, como os projetos de educação patrimonial que vêm sendo implementados na Escola da localidade. O Projeto “Um Olhar sobre o Patrimônio”, na qual utiliza o Boi Laranja como símbolo, teve extremo valor no resgate e readaptação desta manifestação em Maripá, fez com que as crianças participassem da produção cultural local e se sentissem mais envolvidas com a preservação das manifestações culturais.

As sugestões de Vinícius de Azevedo Martins⁴¹ para que as manifestações culturais de Maripá de Minas não se percam com o passar dos tempos, se referem a continuidade dos projetos de educação patrimonial, em entrevista ele diz que é necessário:

“Que sejam implementadas medidas urgentes de conscientização patrimonial, o que já vem sendo feito, valorizando os pontos turísticos e as características do povo local. Além disso, um trabalho de conscientização com as entidades locais, para que os mesmo voltem a realizar as atividades que antes eram realizadas. Por fim, é necessário que o poder público se empenhe no desenvolvimento de atividades de fins culturais, para que o povo possa por si só desejar aumentar sua participação no processo cultural”.

É interessante ilustrar o envolvimento dos entrevistados quanto aos projetos culturais implementados pelo governo local a partir do depoimento de Douglas Ricardo⁴², Assessor de Planejamento da Prefeitura, que declarou:

“Considerando que a manifestação cultural é a manutenção do eu de um povo, temos que implantar ações efetivas no amanhã de nosso povo. As ações devem ser para frutificar em curto, médio e longo prazo. As ações de curto prazo podem surgir com o levantamento e difusão do patrimônio histórico cultural através de eventos que visem a valorizar tais bens, campanhas e divulgação pelos meios de comunicação. A médio prazo, o registro de todo o

⁴⁰ MATOS, Ilza da Silva. Ídem.

⁴¹ MARTINS, Vinícius de Azevedo. Ídem.

⁴² RICARDO, Douglas. Ídem.

acervo pelos meios de áudio visual e escrita, são a consolidação do bem em fonte de conquista que esclarece e difunde a história que se quer contar. A longo prazo, deve-se implantar ações de divulgação e conscientização do valor histórico do patrimônio existente na grade curricular de ensino. Com este ato, conseguiremos consolidar a história e a importância do bem patrimonial no cotidiano, à partir daí não mais serão necessárias campanhas de preservação pois haverá a conscientização da importância em se preservar de forma tão natural, será o mesmo que não jogar papel na rua, um verdadeiro hábito saudável. Espero poder contribuir com este valoroso trabalho. Saiba que sinto-me orgulhoso em ter sido escolhido para expor meu ponto de vista com referência ao assunto”.

A partir destas afirmações do representante do poder público local, é possível perceber o engajamento e a preocupação com o planejamento de ações voltadas ao patrimônio de Maripá de Minas em curto, médio e longo prazo. Isto pode ser considerado de extrema importância na administração pública quando se estima o desenvolvimento de determinadas localidades, aqui especificamente o desenvolvimento e a preservação das manifestações culturais de Maripá de Minas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa realizada no município de Maripá de Minas, a partir da análise dos depoimentos coletados junto à comunidade, pode-se afirmar que o valor afetivo existente nesta, é fator preponderante para se realizar um trabalho voltado para a área de educação patrimonial, considerando a importância da preservação e da valorização do bem cultural. Para tanto, observa-se a necessidade de um planejamento voltado para atender requisitos como: o conhecimento do patrimônio da localidade, o resgate e a manutenção das manifestações culturais consideradas importantes para a comunidade local.

Vale observar o quão importante tem sido o papel do poder público com as ações implementadas, buscando as participações dos alunos e professores das Escolas Municipais e Estadual da cidade, que estão unidos nos projetos de preservação, como o projeto Um Olhar sobre o Patrimônio (2006 a 2008), que focou o folguedo do Boi Laranja em 2006 como símbolo de uma manifestação singular tradicional da sociedade Maripaense e sua continuação em 2007 com o tema “Memória, Conhecimento e Identidade” que já está sendo

implementado. De acordo com Douglas Ricardo, assessor de planejamento da Prefeitura de Maripá de Minas, ele afirma que: “considerando que a manifestação cultural é a manutenção do eu de um povo, temos que implantar ações efetivas no amanhã de nosso povo”.

Como pode ser visto, o Projeto Um Olhar sobre o Patrimônio permitiu que os participantes, alunos, professores e comunidade em geral, percebessem a importância e o significado da manifestação cultural na vida do município, como parte integrante do cotidiano das pessoas, fazendo com que a figura do Boi Laranja se tornasse símbolo folclórico e produto turístico promocional como resultado de um trabalho de sensibilização através da educação patrimonial.

A segunda fase do projeto com o tema “Memória, conhecimento e Identidade” vem sendo implementada pela Prefeitura, tem sido instrumento para promover a preservação destas manifestações culturais de Maripá, uma vez que, permite que a comunidade conheça a sua cultura com olhar de patrimônio, e de reconhecimento como ser, como protagonista diante da sua própria cultura.

A partir dos projetos implementados pela Prefeitura, é possível observar que a relação desta valorização do patrimônio com o turismo em Maripá, não só se estreita, mas também torna-se fortalecida, pois, compreendendo a necessidade de um planejamento adequado e o engajamento da iniciativa pública e privada, novas conquistas poderão acontecer na localidade, permitindo que ocorram influências positivas não só na identidade cultural local, mas também, advindas da atividade turística.

É importante dar maior ênfase na condução do planejamento de ações que envolvem folclore e turismo, pois esta interação pode levar a revitalização das práticas tradicionais da comunidade, oportunizando um processo de renascimento das atividades culturais.

Estas atividades são voltadas para atender a comunidade como forma de salvaguardar suas tradições e técnicas para as gerações futuras, ou seja, repassar todo o conhecimento e o modo de realizar as coisas aos seus descendentes, e para o turista, que passa a ter oportunidade de conhecer e de fazer intercâmbio durante a sua estada pelo município.

Lembrando aqui as observações de Dias (2003) que ressaltam a importância do planejamento de ações de forma participativa, no qual os atores sociais que integram as manifestações folclóricas participam das decisões no estabelecimento de limites daquilo que deve ser mudado, reinterpretado ou incorporado.

Neste contexto, vale enfatizar mais uma vez, que o elo patrimônio imaterial e turismo, pode ser gerador de riqueza para ambos. De um lado o folclore é potencial de

atratividade turística, e assim agrega valores à experiência do turista. De outro, o turismo, que pode gerar força de preservação das manifestações folclóricas, seja a partir da reinterpretação de uma manifestação ou mesmo a partir de mudanças consideradas aceitáveis.

Desta análise, é possível entender que a relação de interação entre o folclore e o turismo são interdisciplinares, se analisarmos que ambos necessitam de conhecimento, de valorização, preservação das diversas culturas que compõem o território nacional, com suas diversidades, com seus valores históricos e afetivos, suas singularidades que, por fim, promovem esses atrativos culturais em potenciais produtos turísticos. Porém, sem esquecer que o alicerce para dar a sustentação desse processo pode estar nos estudos com a finalidade de se tornar subsídios para o planejamento participativo.

Por último, deve-se destacar que a metodologia implementada na execução do projeto de educação patrimonial “Um olhar sobre o Patrimônio” valorizou o protagonismo do corpo docente, e a liberdade de criação e expressão dos mesmos e de seus alunos. Desta forma, mais que um trabalho escolar, proporcionou aos alunos a consciência de que são parte integrante da sociedade local, e, fato contínuo, de seu patrimônio cultural. Mais que entendê-lo, puderam compreender que são agentes modificadores e produtores de cultura na cidade de Maripá de Minas. Tal fato leva a crer que compreendem hoje a importância da valorização do patrimônio cultural e natural como forma de fortalecimento de sua identidade, conservação de si mesmos e das futuras gerações.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Mário. IN: PELEGRINI FILHO, Américo. *Folclore: características, potencialidades e interferências*. In: Ecologia, cultura e turismo. Campinas, SP: Papyrus. 1993.

ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BARRETO, Margarita; BANDUCCI JR., Álvaro (orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001.

BENI, Mário Carlos. *Globalização do Turismo – Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac, 1998.

BISILLIAT, Maureen; SOARES, Renato (orgs.). *Museu de Folclore Edison Carneiro – Sondagem na Alma do Povo*. São Paulo: Empresa das Artes, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos Antônio L. *Da etimologia ao sentido de patrimônio*. Texto em primeira versão (mimeo), 1998.

BRANDÃO, Thadeu; TEIXEIRA, Francisco Martins. *Cultura popular e atividade turística*. Disponível em www.historiaecultura.pro.br Acessado em 22 de dezembro de 2006.

CAMPOS, Daniele Carvalho; ASSIS, Núbia Luziane; VILLASHI, Juca. *Memória e cidadania nos morros de Ouro Preto: Comunidade do Morro de Santana*. IN: Competência profissional no turismo e compromisso social: Coletânea do XXVI CBTUR, Congresso Brasileiro de Turismo de 2006/Organizadores Maria de Fátima Aguiar, Miguel Bahl. São Paulo: Roca, 2006.

CARDOZO, Poliana. *Usos do Patrimônio Cultural Nacional: o caso da Fortaleza de São José de Macapá – Amapá – Brasil*. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo. Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Artigo *Sociedade e Educação Patrimonial*. Revista do IPHAN, Brasília: IPHAN, set/out, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.) *Turismo urbano*. São Paulo: Cortez, 2001.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Imaterial: práticas culturais na consrução de identidades de grupos. *In: Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

- CÓRNER, Dolores Martin Rodrigues. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.
- DELLA MÔNICA, Laura. *Turismo e folclore: um binômio a ser cultuado*. São Paulo: Global, 2001.
- DE LA TORRE, O. *El Turismo, Fenômeno Social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIAS, Reinaldo. *Patrimônio Cultural: evolução do conceito e construção social*. Texto em primeira versão (mimeo). Belo Horizonte: Mestrado em Turismo e Meio Ambiente / Centro Universitário UNA, 2005.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo e Patrimônio Cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DOXEY, G. V. A causation theory of visitor resident irritants: methodology and research inferences. In: *6th Annual Conference. San Diego*. Travel Research Association, 1972. p.195-198.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Maripá de Minas*. Maipá de Minas, 2006.
- EMBRATUR (INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO). *Dados sobre o turismo*. 2007. Disponível em www.turismo.gov.br. Acessado em fevereiro de 2007.
- FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes (2ªed.), 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONSECA, Maria Lucinda. *Patrimônio, turismo e desenvolvimento local*. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC – IPHAN, 2005.

FRADE, Cásia Nascimento. *Folclore*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1997.

FREIRE, Paulo. IN: QUEIROZ, Moema Nascimento. *A Educação Patrimonial como instrumento de Cidadania*. Revista MUSEU cultura levada a sério, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, edição brasileira, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOODEY, Brian. *Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas*. In MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina (orgs). *Interpretar o patrimônio: um exercício de olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CÓRNER, Dolores Martin Rodrigues. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

ICOMOS- *Carta de Turismo Cultural* - Bruxelas, Bélgica 8 e 9 de novembro de 1976 - www.iphan.com.br. Acesso junho de 2005.

ICOMOS - *Carta de Veneza* - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos monumentos Históricos – Veneza, Maio de 1964 - Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso junho de 2005.

IEPHA – INTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. *Bens protegidos – Bem Cultural Registrado em Minas Gerais*. Belo Horizonte. Disponível em www.iepha.mg.gov.br . Acessado em 10 de maio de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. *Características da População e dos Domicílios*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 20 de janeiro de 2007.

IRVING, Marta de Azevedo, AZEVEDO, Julia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio Cultural*. Disponível em www.iphan.gov.br. Acessado em 22 de novembro de 2006.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acessado em 27 de fevereiro de 2006.

IPHAN. *Patrimônio Imaterial: o registro do patrimônio imaterial*. Brasília: IPHAN, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 19ª edição, 2006.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Adriana Barreto. *A Valorização – Preservação e Conservação dos Bens Culturais*. Revista eletrônica Estudos Turísticos. Disponível em www.etur.com.br. Acessado em 25 de novembro de 2006.

LIMA, Rossini Tavares. *Abecê do Folclore*. São Paulo: Ricordi. 2003.

LUDKE, N.; ANDRE, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: etur, 1986.

LLULL, José. *Evolución del concepto y de la significación social del patrimonio cultural. Arte, individuo y sociedad*. Vol.17:175-204, 2005.

LUCHIARI, M. Tereza D. P., SERRANO, Célia, BRUHNS, e Heloísa T. (orgs)– *Olhares Contemporâneos sobre o turismo*. – Campinas, SP: Papirus. 2000 (coleção Turismo).

MAGALHÃES, Aloísio. *É Triunfo? A Questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira SA, 1985.

MARTINS, Clerton (org.). *Turismo, Cultura e Identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

MARTINS, Clerton (org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, Clerton; LEITE, Liliana. *Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial*. IN: MARTINS, Clerton (org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.

MAZUEL, Luc. (2000). *Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês*. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MEGALE, Nilza Botelho. *Folclore Brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOLETTA, Vânia Florentino; KARIN, Leyser Goidanch. *Turismo cultural*. Porto Alegre/RS: SEBRAE/RS, 2000.

MOSER, Giancarlo; MULLER, Sávio Alexandre. *Sociologia aplicada ao turismo: subsídios para estudos*. Indaial, SC: Asselvi, 2001.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Patrimônio Cultural e Identidades*. In: MARTINS, Clerton (org.), *Turismo, Cultura e Identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Folclore: características, potencialidades e interferências*. In: *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas, SP: Papirus. 1993.

PESTANA, Til. *Valorização do Patrimônio Cultural – desafio contemporâneo*. Texto em primeira versão (mimeo). Juiz de Fora: Curso de extensão em Patrimônio Cultural \ Instituto Metodista Granbery, 2005.

PLANO NACIONAL DO TURISMO. *Diretrizes, Metas e Programas 2003 – 2007*. Ministério do Turismo. Brasília, 29 de abril de 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ DE MINAS. *Plano de Inventário 2006*. Secretaria de Educação e Cultura, 2007.

RANGEL, Marília Machado. *Educação patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural*. Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. *A Pedagogia das Competências*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REJOWSKI, Miriam. *Turismo sob a Ótica dos Monitores Municipais*. Brasília: Embratur, 1996.

RODRIGUES, José Luiz Machado. *Maripá e Região: Subsídios Históricos e outras Lembranças*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2003.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANCHO, Amparo. *Introdução ao Turismo – Organização Mundial do Turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

SANT'ANNA, Márcia S. Patrimônio Imaterial do conceito ao problema da proteção. *In: Revista Tempo Brasileiro*. Out-dez. n 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

SANTOS, Jose Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica: ensino médio*. São Paulo: Nova Geração, 2005.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Maripá de Minas. *Livro de Inventário*. Maripá de Minas, 2004.

SILVA, Jersone Tasso; CASTRO, Luciano Dornellas; SOUZA, Talita Rezende. *Turismo rural e patrimônio imaterial sob a ótica do marketing*. XXVI CBTUR – Congresso Brasileiro de Turismo. Fortaleza CE. Maio de 2006.

SILVA José Graziano da, et al. *Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil*. *In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J.M.* (org.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, Geísa Martins. (a) *Os Impactos do Turismo em Cidades Históricas*. Estudo de Caso Tiradentes MG. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL / III Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. Caxias do Sul, RS. 7 e 8 de Julho de 2006. a

SOARES, Geísa Martins. (b) *As fazendas dos barões do café: patrimônio e turismo no espaço rural de Rio das Flores, RJ*. Orientador: Dr. Nelson Quadros Vieira Filho. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG. 2006. b

TIRAPELI, Rosa Gauditano Percival. *Festas de Fé*. São Paulo, Metalivros, 2003.

TYLOR, Edward. IN: LIMA, Rossini Tavares. *Abecê do Folclore*. São Paulo: Ricordi. 2003.

UNESCO. Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura. *Revitalização sustentável do patrimônio cultural brasileiro*. Disponível em <<http://www.unesco.org.br>> . Acessado em 20 de dezembro de 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANNA, Leticia C. R. Dinâmica e preservação das culturas populares: experiências de políticas no Brasil. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Out-dez. n 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

WINTER, Maria Cecília. *Os usos do patrimônio três fazendas cafeeiras paulistas do século XIX*. Revista Virtual de História. ISSN 1677-8944. Ano V. jan. – mar. 2005. Nº 23. Disponível em <<http://www.klepsidra.net/>> . Acessado em 12 de maio de 2006.

APÊNDICE

1 QUESTIONÁRIO

1.1 Roteiro de entrevista para representante (s) do poder público, relacionado ao turismo e ao patrimônio de Maripá de Minas, MG.

Instituição: _____
Telefone: _____ Endereço eletrônico: _____
Entrevistado: _____
Cargo: _____ End. eletrônico: _____
Local: _____ Data: _____

9. Qual é o potencial turístico de Maripá de Minas?
10. Como o turismo vem se desenvolvendo na localidade?
11. Quais os fatores influenciaram no desenvolvimento do turismo na localidade?
12. Quais os efeitos do turismo no município?
13. Qual (is) órgão (s) ou instituição (ões) estão envolvidos na organização e preservação do turismo e do patrimônio no município?
14. Como é a atuação do órgão (entrevistado) na organização do turismo em Maripá?

15. Como é a atuação do órgão (entrevistado) na organização e preservação do patrimônio de Maripá?
16. Quais são as manifestações populares desenvolvidas na localidade?
17. Há alguma manifestação cultural tradicional de Maripá que não é desenvolvida atualmente? Se sim, porque não é desenvolvida?
18. Na sua opinião, quais os fatores mais importantes na utilização de manifestações culturais para a preservação do patrimônio e da memória coletiva?
19. Na sua opinião, estas manifestações culturais atraem turistas para Maripá? Como?
20. Você considera importante a atividade do turismo para a conservação e preservação das manifestações culturais de Maripá? Porquê?
21. Você tem sugestões para que as manifestações culturais de Maripá sejam mantidas através dos tempos?

1.2 Roteiro de entrevista para a comunidade local envolvida com as manifestações culturais de Maripá de Minas

Nome: _____
Relação com as manifestações: _____
Telefone: _____ Endereço eletrônico: _____
Local: _____ Data: _____

22. Na sua opinião, qual é o potencial turístico de Maripá de Minas?
23. Quais os efeitos do turismo no município?
24. Como é a atuação do poder público na organização do turismo em Maripá?

25. Como é a atuação do órgão poder público na organização e preservação do patrimônio de Maripá?
26. Maripá possui lendas ou algum tipo de folclore?
27. Em Maripá há pessoas de destaque como contadores de histórias e lendas? Quem são?
28. Quais são as manifestações populares desenvolvidas na localidade?
29. Você participa de alguma manifestação popular local? Como se desenvolvem as atividades?
30. Há alguma manifestação cultural tradicional de Maripá que não é desenvolvida atualmente? Se sim: Você sabe porque não é desenvolvida?
31. Em Maripá há produção de algum artesanato? Como bordado, peças de cerâmica, tear, ou outro?
32. Na sua opinião, quais os fatores mais importantes na utilização de manifestações culturais para a preservação do patrimônio e da memória coletiva?
33. Na sua opinião, estas manifestações culturais atraem turistas para Maripá? Se sim: Como ocorre?
34. Você considera importante a atividade do turismo para a conservação e preservação das manifestações culturais de Maripá? Porquê?
35. Quais sugestões você daria para que as manifestações culturais de Maripá não sejam esquecidas com o passar dos tempos?

2 FOTOS:**Figura 1 – Boi Laranja**

Foto – Talita Rezende de Souza – carnaval 2007



Foto – Talita Rezende de Souza – setembro 2006
Artesanato do Boi Laranja

Figura 2 – Sinalização Turística implantada em abril de 2007.



Foto – Talita Rezende de Souza – Maio 2007



Foto – Talita Rezende de Souza – Maio 2007

Figura 3 – Logomarca do Projeto Um olhar sobre o Patrimônio.



Figura 4 – Logomarca do Projeto Um Olhar sobre o Patrimônio em imã de geladeira.



Figura 5: **Cachaça do Boi Laranja** em comemoração ao evento do “Maripá Folia” e ao “Maripaense Ausente” (set. 2006).



ANEXO 1: Mapa de Localização do Município de Maripá de Minas – MG



Fonte: Minas Gerais, 2006. Mapa de Minas Gerais - MINAS ON LINE, 2006. Disponível em <http://www.mg.gov.br/portalmg>. Acessado em 12 de dezembro de 2006.

ANEXO 2: Folder Circuito Turístico Recanto dos Barões

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)